

CRISES ECONÓMICAS E ESTRUTURAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco

A única parte da chamada riqueza nacional que realmente é apropriada colectivamente pelos povos em sociedades modernas [capitalistas] é a sua dívida nacional
(Karl Marx, 1976, Capítulo XXX, citado em Ben Fine, 2010)

Agora parece que também temos de apropriar-nos da dívida privada!
(Ben Fine, 2010)

INTRODUÇÃO

Crises, particularmente as sistémicas e/ou que se repetem com regularidade, são momentos cruciais para estudar economias, pois reflectem a convergência dos diversos factores estruturais, económicos, sociais e políticos que moldam e determinam os limites e o potencial de mudança do sistema de acumulação, quando as tensões e as contradições se revelam mais claramente. Este artigo pretende mostrar como as crises económicas em Moçambique são parte orgânica do processo de acumulação de capital e quão relevante o estudo dessas crises é para formular perguntas essenciais e definir a trajectória de investigação do sistema de acumulação de capital em Moçambique. O artigo começa com uma discussão de teorias de crise capitalista que são, ou podem ser, relevantes para o caso moçambicano, explora as crises económicas das últimas seis décadas em Moçambique, identifica traços comuns das crises, que, não sendo a sua essência, dela fazem parte, descreve e analisa as estruturas de acumulação, focando-se em quatro questões centrais: o *nexus* «crescimento económico-pobreza» e as questões práticas de investigação que o seu estudo levanta, a evolução das estruturas produtivas e a sua descrição como economia extractiva, a porosidade económica e a ligação orgânica entre subsídios fiscais, dívida pública e acumulação privada de capital, e o sistema financeiro que emerge destas estruturas económicas. O artigo termina com duas questões: se o modo de acumulação descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que diferenças

de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, que fornecem explicações mais profundas e objectivas? As opções de respostas a estas questões são desenvolvidas na discussão da lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique (Castel-Branco, 2017b).

CRISES ECONÓMICAS E O CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

As crises económicas podem ocorrer por causa de uma variedade de factores, alguns dos quais externos ao circuito do capital, tais como instabilidade e convulsões políticas e sociais, mudanças tecnológicas significativas (que podem forçar a destruição de forças produtivas e a brusca queda dos preços), sensibilidade das bolsas de valores e de mercadorias a «más notícias» económicas, políticas e ecológicas, colapso de instituições financeiras, incapacidade de ramos do capital de se reestruturarem para fazerem face à redução da taxa de lucro, endividamento público e/ou privado excessivo e muito rápido, associado à mercantilização e financeirização dos serviços públicos e da segurança social, ou à expansão ou intensão de expansão excessivamente rápida da base produtiva, entre muitas outras razões (Fine & Saad-Filho, 2016). Naturalmente, a definição de crise económica é associada com a suposta causa directa ou configuração específica de cada crise, de onde surgem denominações como a crise financeira, a crise dos produtos alimentares, a crise dos preços do petróleo, a crise da dívida externa, entre outras. Nesta secção abordamos crise de forma mais sistemática, como parte orgânica do sistema de acumulação de capital e de reestruturação das condições de acumulação.

CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O circuito de acumulação de capital (ou circuito do capital) descreve, de forma abstracta, as principais relações, tensões e contradições sociais específicas ao modo de produção capitalista envolvidas no processo de acumulação de capital. Na sua versão simplificada, o circuito é organizado em duas esferas, produção e circulação, e revela como o capital-dinheiro (M) é convertido em mais capital-dinheiro (M') através do processo de produção, usando mercadorias (C), na forma de força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), e gerando e apropriando excedente (C') na esfera da produção, o qual é realizado em M' na esfera da circulação (vendas), sendo M' convertido em capital pela sua transformação em mais mercadorias (C''), nomeadamente mais força de trabalho (FT') e mais meios de produção (MP'), usadas na reprodução do circuito do capital, a um nível mais alto de acumulação de capital. Portanto, o circuito do capital consiste no seguinte conjunto de relações sociais:

[$M \rightarrow C_{FT}^{MP} \rightarrow (\text{produção}) \rightarrow C' \rightarrow (\text{circulação}) \rightarrow M' \rightarrow (\text{circulação}) \rightarrow C'' \rightarrow_{FT}^{MP} (\text{produção}) \rightarrow \dots, \text{ etc.}]$, em que $[M' = M + \Delta M$, sendo que $M' > M$ se $\Delta M > 0$; $C' = C + C\Delta$, sendo que $C' > C$ se $\Delta C > 0$], em que ΔC é o valor adicional extraído do trabalho na esfera da produção, e ΔM pode incorporar o componente do excedente realizado que é convertido em mais capital (π) e empréstimos que adquirem a forma de capital-dinheiro portador de juros (IBC), isto é $[\Delta M = \pi + IBC$, sendo que $\Delta M > \pi$ se $IBC > 0$] (Marx, 1976, 1978, 1981).

As principais relações sociais, específicas ao modo de produção capitalista, imediatamente reveladas por esta versão simplificada do circuito do capital, são (i) entre facções do capital (financeiro e produtivo), (ii) entre sectores da economia (produtores de bens de capital e de bens de consumo) e, o que é o mais importante, (iii) entre capital e trabalho [em que os trabalhadores, alienados da propriedade dos principais meios de produção, vendem a sua força de trabalho (FT) ao capital, como mercadoria].

As principais tensões e contradições implícitas nesta versão simplificada do circuito do capital são (i) o poder do capital financeiro, sobretudo na forma de IBC, que pode determinar a mobilização e a alocação de crédito, decidir sobre a configuração específica das estruturas de acumulação, promover inovação e expansão do processo de produtivo, ou definir a fracção do excedente, na forma de mais-valia, que lhe é devida e quando a deve apropriar, podendo, neste caso, desenvolver um conflito de interesse com o capital produtivo no que diz respeito à apropriação e à aplicação da mais-valia; (ii) a existência de um mecanismo de exploração dos trabalhadores, localizado no processo de produção, que permite ao capital, dentro dos limites das estruturas de acumulação (de produção, de competição e de luta de classes), estabelecer e extrair o excedente e definir a sua utilização; (iii) a necessidade de realizar o excedente na esfera da circulação, o que cria a possibilidade de o nível de excedente realizado divergir significativamente, e com perdas, do nível de excedente produzido; e (iv) o imperativo de reproduzir e expandir o circuito continuamente, ao longo do tempo, ou perecer como capital.

CRISES ECONÓMICAS E O CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Para a economia política clássica, a crise económica que se mantenha para além do tempo necessário para o ajustamento dos mercados é um fenómeno financeiro. Na sua óptica, o excesso de produção sobre o consumo é irracional, pois se o objectivo último da produção é o

¹ Cada mercadoria tem valor de uso e valor, sendo o primeiro derivado da sua utilidade para o comprador e o segundo derivado do trabalho incorporado na mercadoria, ou o custo da sua reprodução. A mercadoria força de trabalho tem a particularidade de ter e de gerar valor, sendo a única mercadoria a fazê-lo, e ambos resultam da relação social entre trabalho e capital. O valor da força de trabalho, o custo da sua reprodução social, é relacionado com o seu valor de uso, que é a sua capacidade de gerar valor ou excedente para o capital, e ambos dependem de como o dia de trabalho é distribuído entre custo socialmente necessário (valor da força de trabalho) e lucro (valor adicional gerado pela força de trabalho que é apropriado pelo capital), o que, por sua vez, depende das estruturas de acumulação, nomeadamente das condições de produção, de competição e de luta de classes (Marx, 1976).

consumo, então o objectivo de vender uma mercadoria é o de poder comprar outra, pelo que o mercado ajusta a oferta à procura. Além disso, o excesso de produção que possa acontecer num ramo da economia é compensado por défice noutra, pelo que o mercado transfere capital do primeiro ramo, onde a taxa de lucro é mais baixa, para o segundo ramo, onde a taxa de lucro é mais alta, assim reciclando a crise, restaurando as proporcionalidades na produção e repondo a igualdade da taxa de lucro em todos os sectores. Portanto, na óptica clássica, crises são fenómenos passageiros, rapidamente reciclados e eliminados pelo mercado, pelo que uma crise só pode prolongar-se se for sustentada de forma «não natural», o que apenas pode acontecer por via da expansão especulativa do crédito (Clarke, 2012).

Para a economia política marxista, a crise económica não é uma divergência acidental da norma de crescimento proporcional, a ser eliminada facilmente por via da competição, mas uma característica normal, contínua, inevitável e essencial da produção capitalista e, dialecticamente, é simultaneamente causa e efeito da competição capitalista. As crises podem acontecer por causa de interrupções do circuito do capital na esfera da produção se a massa dos trabalhadores parar a produção por um longo período (por exemplo, em acção sindical por causa de baixos salários e da deterioração do poder de compra, da intensificação do trabalho,² da deterioração das condições contratuais e da redução do acesso a serviços e bens básicos para a sua reprodução social³), ou se surgirem problemas inesperados com o processo produtivo (como um grande desastre natural ou mudanças tecnológicas significativas que se confrontem com a escassez de recursos financeiros para as adoptar). No entanto, geralmente as crises acontecem por causa de rupturas no circuito do capital que ocorrem na esfera da circulação, onde a mais-valia é realizada (por via das vendas/compras), o capital é mobilizado e a força de trabalho e os meios de produção são adquiridos (Clarke, 2012; Marois, 2012; Fine & Saad-Filho, 2016). Uma causa frequente da crise económica é os capitalistas não conseguirem vender as mercadorias sem incorrerem em perdas significativas (excesso de oferta ou défice de procura), o que se reflecte em cortes na produção e no emprego, falências, incapacidade de servir dívidas e maior concentração e centralização de capital, podendo resultar numa cadeia de incerteza e ruptura no circuito do capital à escala da economia, com cada vez maior desarticulação entre produção e consumo. Recordemo-nos de que o objectivo da produção capitalista não é

² A intensificação do trabalho difere do aumento da produtividade do trabalho. A intensificação do trabalho consiste na produção de mais excedente sem modificar os métodos de produção para além da imposição da disciplina requerida para que o trabalhador trabalhe mais arduamente e por mais tempo (mais horas, menos intervalos, mais energia gasta por cada trabalhador, etc.). A produtividade do trabalho, por sua vez, está associada à introdução de novos métodos de produção, em que os trabalhadores tomam conta de máquinas, resultando na redistribuição do tempo de trabalho a favor do capital, dado que o tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho (tempo necessário para produzir o que o trabalhador retém para si) reduz. Em ambos os casos, o lucro pode aumentar – no primeiro caso, pela imposição de um dia de trabalho mais longo e mais difícil para os trabalhadores; no segundo caso, pela redução do tempo socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho (pagar os seus custos) de modo a aumentar a porção do trabalho apropriada pelo capital como lucro.

³ Como acontece com a implementação de programas de austeridade social, geralmente introduzidos para aumentar a taxa de lucro do capital (para reduzir impostos sobre o capital ou para realocar a despesa pública a favor do capital).

satisfazer necessidades dos consumidores, mas a acumulação de capital que requer a contínua concretização de lucros cada vez maiores, o que é feito com a *produção* (na esfera da produção) e a *realização* (na esfera da circulação) do lucro (sem a produção a realização não pode acontecer; sem a realização o processo de acumulação não se concretiza nem se reproduz) (*ibidem*). A introdução de novos métodos de produção é a forma principal para aumentar os lucros (e a forma principal de competição capitalista), pois permite reduzir custos e realocar fracções maiores da produção para acumulação de capital, reduzindo, ao mesmo tempo, o tempo necessário para produzir a subsistência e a reprodução social da força de trabalho. Mas os novos métodos não se destinam a aliviar o esforço dos trabalhadores, nem os novos produtos são introduzidos para satisfazer necessidades humanas essenciais, pois a acumulação de capital é marcada pela contínua criação de novas necessidades, pela polarização entre riqueza e pobreza e pela coexistência entre trabalho intensivo, duro e prolongado, novos métodos de produção e desemprego. O capitalista que consiga reduzir custos relativamente aos competidores produz tanto quanto pode, tanto para atingir a escala de produção tornada possível pelos novos métodos de produção e penetrar o mais possível no mercado como para expulsar alguns competidores, os que não consigam inovar tão rapidamente (por terem menos recursos ou por qualquer outro motivo) (*ibidem*).

Como resultado da competição, a oferta excede a procura e os preços caem. A tendência para o excesso de produção é uma realidade diária da produção capitalista, em que os capitalistas, sob risco de extinção, são obrigados a expandir a produção, a introduzir novos métodos que permitam cortar custos e a gerar novos produtos que permitam criar nova procura e expandir mercados. Eventualmente, com a falência de alguns competidores, que são obrigados a encerrar as actividades e a despedir trabalhadores, a oferta é transitoriamente realinhada com os limites da procura e as taxas de lucro aumentam, mas à custa da concentração e centralização do capital num menor número de empresas maiores e à custa do aumento do desemprego. Se este processo se expandir de um para mais sectores, então uma crise à escala da economia pode emergir, com o processo de reestruturação (concentração e centralização de capital e aumento do desemprego) a generalizar-se (*ibidem*).

Esta reestruturação do capital vai para além da esfera da produção e alarga-se à economia em geral (por exemplo, aos mercados, às finanças e à distribuição do rendimento), à organização espacial (por exemplo, às relações entre o campo e a cidade, entre regiões mais e menos desenvolvidas e às relações internacionais), e à reprodução e transformação social (por exemplo, a casualização, informalização ou flexibilização do emprego, ou empobrecimento de camadas das classes trabalhadoras). Um instrumento fundamental deste processo de reestruturação é o sistema de crédito, que é capaz de mobilizar unidades financeiras mais pequenas e redistribuí-las em escala maior, e pode promover ou retrainar as opções de reestruturação e inovação do processo de acumulação (*ibidem*).

Durante o período de crise e de ajustamento, a taxa de lucro cai e as respostas à crise, a direcção do ajustamento, são no sentido de repor e aumentar a taxa de lucro, o que tende a conduzir a maior concentração e centralização do capital e mais desemprego ou substanciais reduções nos salários e na oferta de serviços e bens básicos para a reprodução social da força de trabalho (e, portanto, do capital), como a segurança social, o acesso a serviços de educação, de saúde e de transporte, etc. (*ibidem*).

Portanto, crises económicas não são acidentes nem apenas possibilidades, mas são necessidades essenciais e inevitáveis do próprio processo de acumulação de capital, que resultam directamente da natureza e dos objectivos da produção capitalista e que permitem reestruturar o capital para elevar as taxas de lucro. Estas rupturas podem ser involuntárias (como é o caso das flutuações nos mercados globais ou de avanços tecnológicos que obriguem à destruição de forças produtivas mais antiquadas ou à substituição de uns produtos por outros) ou voluntárias (como é o caso dos capitalistas, que, inovando, baixam os custos de produção e inundam o mercado para destruir a concorrência). Na prática, estas crises são voluntárias para uns capitalistas (por exemplo, os que inovam e apostam na concentração e centralização do capital) e involuntárias para outros (por exemplo, os que são levados à falência pelo processo de inovação, concentração e centralização de capital) (*ibidem*).

A dinâmica da economia capitalista integra contratendências à concentração e centralização de capital, que resultam precisamente do processo de inovação (introdução de novos produtos com características diferentes, introdução de novos processos que resultem na redução de custos de produção e na possibilidade de combinar a escala com a variação do leque de produtos, etc.). A dinâmica de inovação pode estimular a emergência de novas empresas que, transitoriamente, desafiam e travam a monopolização dos mercados.

No entanto, o sucesso destas novas empresas, no modo de produção capitalista, depende da sua capacidade de crescerem e de se tornarem suficientemente grandes e dominantes num ramo, numa indústria, num mercado, numa tecnologia ou na economia a ponto de beneficiarem de economias de escala, do acesso privilegiado a finanças, de relações dominantes com fornecedores e clientes e do espaço e da capacidade para continuarem a inovar (produtos e processos) para se manterem no mercado. Se não o conseguirem, ou desaparecem ou são adquiridas por outras e tornam-se parte de uma grande corporação. Portanto, o modo de produção capitalista gera, continuamente, dinâmicas de inovação e destruição das forças produtivas e dos produtos, com o objectivo de acumular capital (criando e reestruturando novas necessidades e nova procura, em vez de satisfazer as necessidades existentes), resultando numa relação dialéctica entre as tendências de concentração e centralização de capital e as suas contratendências, transitórias, nomeadamente a emergência de novas empresas, ramos e indústrias, cuja sobrevivência e sucesso, como capitalistas, depende da sua capacidade de se tornarem dominantes no futuro (Fine & Saad-Filho, 2016).

As rupturas do circuito do capital podem resultar, também, de tendências especulativas, na medida em que capitalistas podem não comprar ou vender mercadorias, e podem não usar a capacidade produtiva que controlam porque antecipam ou especulam sobre a probabilidade de os preços do que compram baixarem e os preços do que vendem subirem. Alternativamente, se as previsões dos preços forem opostas às mencionadas (os do que compram subirem e os do que vendem baixarem), os capitalistas podem inundar os mercados com as suas mercadorias (fazendo cair os preços para todos), ou tentar comprar em excesso (fazendo subir os preços para todos). Estas dinâmicas especulativas sobre preços futuros de mercadorias provocam enorme instabilidade e volatilidade nos mercados e podem resultar em crises de grandes proporções (Fine & Saad-Filho, 2016)

Uma das formas como os capitalistas tentam estabilizar mercados, para proteger a sua capacidade de realizar lucros e acumular capital, é pelo estabelecimento de acordos de compra e venda, de médio ou longo prazo, com fornecedores e clientes, em que quantidades, qualidade e preços são negociados para um certo período de tempo. Isto conduz a mais concentração e centralização de capital por via quer da integração vertical e diversificação horizontal das empresas (assim internalizando os mercados) quer pela superação das barreiras tradicionais das empresas através da forma como clientes e fornecedores se relacionam fora do mercado, tornando o processo e a cadeia de produção e realização de mais-valia concentrados e centralizados (Castel-Branco, 2016b). Em qualquer dos casos, o ajustamento à crise gerada por esta via resulta na destruição de forças produtivas e de produtos e no desemprego, bem como na concentração e na centralização de capital, através quer da formação de empresas maiores quer da integração de processos produtivos e comerciais em redes maiores e mais bem articuladas. Os produtos primários, em estado bruto ou semiprocessados (minerais e energéticos, agrícolas e florestais, da pesca, etc.), são particularmente sensíveis às tendências especulativas e à volatilidade dos mercados. Com excepção dos hidrocarbonetos, os produtos primários são mais susceptíveis de serem substituídos pelo avanço tecnológico e a sua procura é pouco sensível (pouco elástica) relativamente a variações no rendimento e nos preços. De facto, à medida que o rendimento aumenta, o peso destes produtos no consumo diminui. Do mesmo modo, para que a procura aumente é necessário que os preços baixem mais do que proporcionalmente. Além disso, os padrões de produção criados pelo capitalismo global geraram monopólios que controlam a produção, a comercialização, o transporte, a armazenagem, a transformação, a venda e a revenda, a tecnologia, as finanças e a finalidade destes produtos, tornando-os presas fáceis da especulação internacional. Por conseguinte, a maioria dos produtores destes produtos tem pouco ou nenhum controlo sobre as tendências dos mercados, nomeadamente sobre os preços, a especulação e a manipulação da procura e da oferta, ganham pouco mas perdem muito, e estão sujeitos ao poder das corporações que controlam as cadeiras de produção, comércio, tecnologia e finanças.

A diferença entre os hidrocarbonetos e os restantes produtos primários reside na elevada elasticidade da sua procura em relação ao rendimento, quando este sobe, e à menor elasticidade quando o rendimento baixa. Isto quer dizer que, quando o rendimento aumenta, o peso dos hidrocarbonetos na estrutura do consumo aumenta mais do que proporcionalmente (por exemplo, porque a família deixou de andar a pé, de bicicleta ou de transporte público e passou a utilizar um carro privado), mas quando o rendimento reduz, a redução no consumo de bens e serviços intensivos em hidrocarbonetos reduz menos do que proporcionalmente (por exemplo, as famílias podem deixar de andar de carro privado, mas continuam a precisar de produtos e serviços baseados em hidrocarbonetos para cozinhare e terem luz artificial, etc.). A economia moderna é intensiva em hidrocarbonetos, e isso transforma o petróleo, o gás natural e o carvão em mercadorias estratégicas e preciosas, mas, também por isso, sujeitas a especulação global.

Mais importante do que as várias manifestações de crises é entender a sua essência, ou a sua causa fundamental, que é o resultado da contradição entre a tendência do capitalismo de desenvolver, sem limites, as forças produtivas e, na sequência disso, expandir a mais-valia a ser realizada, e os limites sociais do consumo. Nestas circunstâncias, a estabilidade do sistema requer que uma porção cada vez maior da produção seja consumida pelos capitalistas (em consumo de luxo ou mais investimento), mas isto nem sempre é possível, pois há limites sociais objectivos para a possibilidade e o sucesso deste tipo de acção que são colocados por uma série de factores ligados com as estruturas de acumulação, nomeadamente as estruturas e as condições de produção, de competição e da luta de classes. Portanto, o capitalismo tende a ser instável e propenso a crises, e a crise explode quando a produção se tenha expandido para além das possibilidades de realização (venda) lucrativa, isto é, quando a mais-valia gerada na produção não pode ser realizada na esfera da circulação (Fine & Saad-Filho, 2016).

A discussão da crise económica internacional, que também é interpretada como resultado do funcionamento defeituoso do sistema financeiro, tem de ser capaz de localizar a desaceleração da expansão da economia global, marcante nos últimos quarenta anos, nas características e manifestações específicas que esta crise adquiriu, em especial o avanço da financeirização do capital. O que define a financeirização na época actual é a expansão e o domínio do capital usurário por toda a economia, incluindo às operações financeiras de corporações industriais putativamente independentes e à mercantilização de novas áreas e oportunidades de lucro na prestação de serviços públicos, através da privatização e terceirização dos serviços de saúde, educação, transporte, segurança pública, habitação, segurança social, crédito para o consumo individual, etc. Neste sentido, o capital usurário, com apoio do Estado, promoveu activamente a acumulação de capital fictício à custa da acumulação de activos reais, destruiu e reestruturou activos reais e decidiu sobre a alocação de crédito com base na prioridade dada a retornos financeiros de curto prazo para os accionistas e os credores.

Embora altamente lucrativa para capitalistas e corporações individuais, a curto prazo, a financeirização é disfuncional para a acumulação de capital em geral. A intervenção do Estado em nome de/e para resgatar o capital financeiro das consequências da financeirização reflecte a subordinação do Estado aos mercados financeiros: (i) o elevado custo da intervenção do Estado, sem precedentes na história do capitalismo, fragilizou-o e tornou-o incapaz de prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas; (ii) em geral, o Estado atacou directa e brutalmente as conquistas sociais e as condições básicas de reprodução da força de trabalho, pondo em causa a educação, a saúde, os sistemas de segurança social, o emprego, num momento histórico em que a crise, por causa do desemprego, enfraqueceu a organização, a mobilização e a capacidade de acção das classes trabalhadoras, etc.; (iii) ao fazer este ataque ao sistema social e o resgate do sistema financeiro, o Estado não só ajudou o processo de concentração e centralização de capital (fictício) como exacerbou as condições de especulação e «ofereceu» ao capital financeiro oportunidades de expandir para novas áreas em que acumulação de activos financeiros pode ser realizada. Um exemplo disto é o que aconteceu com o ataque aos serviços sociais, que foram privatizados ou terceirizados à medida que o Estado implementava programas draconianos de austeridade social (Fine & Saad-Filho, 2016).⁴

A tendência para a crise é inerente ao modo capitalista de produção, mas cada crise é singular nas suas manifestações concretas, que decorrem das características e configurações específicas do processo de acumulação de capital em cada local e período histórico (Clarke, 2012). Para a explicação de crises específicas, o importante é entender como a sua essência – a subordinação da produção de valores de uso à produção de mais-valia – se manifesta através das desproporções na produção, excesso de produção, défice de consumo ou redução das taxas de lucro (Fine & Saad-Filho, 2016).

As crises periódicas do capitalismo revelam os limites do modo de produção capitalistas, mas, em si mesmas, não o destroem – a destruição de desvalorização de produtos e de forças produtivas, a criação e a conquista de novos mercados e a exploração mais meticulosa de mercados já existentes, as pressões sobre a força de trabalho, cuja organização e acção são enfraquecidas pelas crises e ondas de desemprego ou deterioração das condições de emprego, removem barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas e abrem o caminho simultaneamente para a renovação do processo de acumulação, maior concentração e centralização de capital e crises de excesso de produção ainda maiores. Embora as dinâmicas que criam as crises também criem o trabalho organizado, força social antagonista ao capital, as crises também desorganizam o trabalho e põem em causa as suas conquistas sociais, pelo que, separadas de outros factores sociais e históricos concretos, as crises não representam, em si, o fim do capitalismo (Clarke, 2012; Fine & Saad-Filho, 2016).

⁴ Ver Castel-Branco (2017b) para uma descrição mais detalhada do significado de financeirização e as suas implicações para a configuração dos actuais padrões de acumulação de capital em Moçambique.

CRISES E ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A secção anterior tratou, no plano teórico, as crises económicas como necessidade essencial e inevitável do processo de acumulação de capital, argumentando que são tanto a causa como o efeito da competição capitalista e da reestruturação do capital (concentração e centralização do capital e aumento do desemprego) que dela emerge. Nessa secção, as crises foram localizadas no circuito de acumulação de capital, tanto por serem entendidas como parte orgânica desse circuito como por razões didácticas, de modo a mostrar como uns elementos se relacionam com outros. Nesta secção vamos olhar para as dinâmicas das crises da economia de Moçambique em relação com a descrição das suas estruturas de acumulação, assim localizando as crises nas condições e circunstâncias materiais específicas do modo de acumulação capitalista em Moçambique. O objectivo desta análise é entender como é que o modo de funcionamento da economia alimenta a expansão (para novas áreas) e a intensificação (nos mercados já existentes) da acumulação de capital, mas, ao mesmo tempo, reproduz as tendências e dinâmicas de crise que constroem, reestruturam e renovam esse processo de acumulação, mas com custos sociais significativos. Esta análise permite identificar as dinâmicas transformativas que são geradas na sociedade pelas tensões, contradições e antagonismos do sistema social e acumulação e capital.

CRISES E ESTRUTURAS DE ACUMULAÇÃO I: 1950-1974

Na segunda metade do século xx, a economia de Moçambique foi afectada por, pelo menos, cinco crises, umas mais severas e prolongadas do que outras, nomeadamente em 1963-64, 1970-72, 1974-77, 1982-87 e 1991-93. Em todos os casos, as crises manifestaram-se pela redução significativa da actividade económica, com taxas negativas de crescimento, que se seguiram a períodos de rápida expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e do investimento. Num certo sentido, criou-se um padrão típico em que um período de rápido crescimento económico, com a duração de 2-5 anos, era seguido por outro de crescimento negativo, com a duração de 2-3 anos – com excepção da crise dos anos 1980, cujo período de declínio económico durou cinco anos (Tabela 1). O significado de «crise», nesta análise, é associado a esta interrupção, relativamente frequente, da expansão do processo de acumulação de capital, que é marcado não apenas por desaceleração (taxas menores de expansão) mas por retrocesso (taxas negativas de expansão) nos níveis de actividade económica.

Em cada caso, o período de impulso económico (rápida expansão da base de acumulação), que antecedeu cada crise, não foi sustentado por causa do esgotamento da capacidade económica de intensificar ou manter a utilização da base produtiva existente e de a expandir, o que geralmente foi causado por défices fiscal e da balança de transacções correntes que foram acumulados no período

de expansão. Isto levanta três questões: (i) porque surgiram tais défices?; (ii) porque ficaram, os défices, insustentáveis a ponto de a economia ser obrigada a contrair-se?; e (iii) porque se repetiu este padrão ao longo de pouco mais de três décadas, apesar de mudanças políticas radicais?

Nas décadas de 1950 e de 1960, a economia moçambicana foi afectada por três políticas fundamentais, que resultaram de pressões que a crescente monopolização da economia portuguesa exercia sobre o Estado fascista, nomeadamente: (i) a integração e especialização dentro do espaço económico português, que permitira a expansão da indústria monopolista portuguesa aproveitando as matérias-primas e os mercados das colónias, e possibilitaria a reciclagem do equipamento e da maquinaria obsoletos, com a emergência de um mercado de bens de capital em segunda mão nas colónias, reduzindo, assim, os custos líquidos de investimento em capital para os monopólios portugueses; (ii) a autonomização das colónias e a implementação da austeridade fiscal nas mesmas, que permitiria concentrar o investimento em Portugal, e viria a obrigar à introdução de uma política de «portas abertas» para facilitar a entrada de capital estrangeiro não português; e (iii) a promoção da emigração, para as colónias, das massas de trabalhadores rurais, operários, artesãos e pequenos empresários desempregados e falidos, que representavam um fardo e uma ameaça política fundamental para o regime corporativista do Estado Novo, e que iriam expandir os mercados de bens e serviços, aumentar a quantidade de força de trabalho com experiência industrial e gerar grupos sociais de pressão para o desenvolvimento de uma base empresarial capitalista independente nas colónias (Castel-Branco, 2002a; Wuyts, 1980; Pereira Leite, 1989).

Os impactos económicos e sociais deste processo foram significativos, fazendo-se sentir mais intensamente entre 1960 e 1974. Primeiro, emergiu uma indústria de montagem final, orientada para o mercado doméstico, construída com base na reciclagem de bens de capital (equipamento e maquinaria) obsoletos, dependente de importações, reduzida a oito ramos industriais, em que apenas 5% do produto industrial era derivado de indústrias de bens de capital e de engenharia industrial e com ligações produtivas limitadas dentro da economia. A capacidade de sustentar a sua rápida expansão estava dependente do desempenho do sector exportador da economia (Castel-Branco, 2002a; Brum, 1976).

Segundo, o sector exportador, que continuou dominado por serviços (64% das exportações), manteve-se concentrado em actividades primárias e dependentes das dinâmicas de acumulação de capital externo, nomeadamente força de trabalho migratória e serviços de transportes ferroviários (para a África Austral) e oito produtos agro-industriais e da pesca, todos semiprocessados. Os mercados para estes bens e serviços tinham duas características marcantes: relativamente rígidos quando os preços aumentavam,⁵ e voláteis. A concentração da economia

⁵ Recordemo-nos de que a elasticidade da procura destes produtos relativamente ao rendimento e aos preços é baixa. Isto é parte fundamental da explicação de as exportações da força de trabalho de trabalhadores migrantes e de os serviços de transporte se terem mantido como a principal fonte de receitas de exportação ao longo do século passado.

neste tipo de exportações limitava as opções sociais e económicas de desenvolvimento e gerava instabilidade e imprevisibilidade nas receitas de exportação e, por consequência, na capacidade de manter a expansão da base de acumulação industrial dependente de importações, especialmente porque dada a sua especialização a economia não tinha alternativas (*ibidem*). Terceiro, a combinação da expansão do emprego assalariado (na indústria, construção, transportes e trabalho migratório) com o aumento das necessidades de produtos alimentares para o mercado doméstico conduziu à abolição formal do trabalho forçado e ao aumento do custo da força de trabalho (quer porque a demanda de força de trabalho aumentou, quer porque a produtividade da economia se mantinha baixa), o que gerou novos focos de acumulação e diferenciação (e as tensões e contradições a isso associadas), bem como estimulou mais investimento em mecanização. Nos sectores exportadores, a maior mecanização reduziu a receita líquida disponível para financiar a expansão do resto da economia. Nos sectores orientados para o mercado doméstico, a mecanização aumentou a procura de moeda externa, mas não as exportações (*ibidem*).

TABELA 1: TAXAS MÉDIA ANUAL E ACUMULADA DE VARIAÇÃO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), EM PORCENTAGEM, E ÍNDICES DE BASE 100 DO PIB (DOIS ANOS DE BASE, 1950=100, 1975=100)

	1959-63	1963-65	1965-70	1970-72	1972-74	1974-77	CRISE DOS ANOS 1980			1991-93
Taxa média anual de variação do PIB real (a)	5%	-4%	6%	-4%	6%	-7%	3%	-9%	5%	-4%
Taxa de variação acumulada, no período, do PIB real (b)	22%	-4%	34%	-8%	12%	-23%	14%	-51%	22%	-8%
Índice do PIB, 1950=100 (c)	122	117	157	144	162	141	160	79	96	88
Índice do PIB, 1975=100 (c)	81	78	104	96	108	94	107	52	64	59

Fonte: Castel-Branco (2002a)

Notas: (a) as taxas de variação (crescimento ou redução) indicadas são médias anuais em cada período; (b) as taxas de variação indicadas são acumuladas ao longo do período, seguindo a fórmula $\{R_n = [(1 + r)^n - 1]\}$ em que r é a taxa média anual de crescimento e n é o número de anos do período; (c) o índice de base 100 adopta um ano como base de referência para mostrar o comportamento acumulado de um indicador ao longo do tempo em relação a esse ano de base. Neste caso, o índice do PIB real (deflacionado pelo deflator oficial do PIB) é calculado com dois anos de base, 1950=100 (os anos 1950 marcam o início da rápida expansão da indústria manufacturiera orientada para o mercado doméstico, dependente de importações e focada nos processos finais de montagem, com elevados níveis de standardização e simplificação, e baixas exigências em qualificações) e 1975=100 (1975 é um marco na transição política por causa da independência nacional).

A escolha destes anos de base pretende captar dois momentos de transição, nomeadamente um de potencial mudança de estruturas produtivas e outro de mudança real de regime político com potenciais implicações nas estruturas produtivas.

O cálculo do índice segue a fórmula de Laspeyres $\left(\frac{PIB_{t+j}}{PIB_{t=100}} * 100\right)^{\frac{1}{n}}$ em que PIB_{t+j} se refere ao PIB em anos diferentes, e $PIB_{t=100}$ é o PIB do ano de base (neste caso, será o PIB de 1950 ou o PIB de 1975).

O índice será igual a 100 se $j=0$, pois $t=100$ (ano de base) para o dividendo e para o divisor.

Quarto, embora a economia se tenha expandido, com particular ênfase para o sector manufatureiro orientado para o mercado interno, a sua base de acumulação continuou afunilada, o défice comercial com Portugal e com a África do Sul aumentou, a taxa de cobertura das importações pelas exportações reduziu para 50% e a balança de transacções correntes registou um défice recorde de 50 milhões USD entre 1968-1971, apesar de a balança de serviços ter registado um *superavit* de cem milhões USD, pressupondo que as importações de bens excediam as exportações de bens em 150 milhões USD (*ibidem*).

Quinto, a austeridade fiscal aplicada às colónias, que foi exacerbada pelo aumento das despesas com a defesa por causa do início das lutas armadas de libertação nacional na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique, impediu o Estado de apoiar os processos necessários de reestruturação económica. A tarefa de reestruturação foi atribuída à atracção de capital multinacional, o que focou o investimento em recursos minerais e energia, transportes e equipamento de transportes, materiais de construção e fundição de metais básicos. Das doze indústrias que se desenvolveram entre 1960 e 1974, quatro foram criadas por capital multinacional em combinação com capital monopolista português, e as restantes oito receberam apoio técnico e financeiro multinacional (*ibidem*).

Portanto, as crises económicas de 1963-65 e 1970-72 podem ser explicadas pelas tensões, contradições e antagonismos no seio do capital – entre o grande capital monopolista, português e multinacional, que dominava as exportações, e o capital emergente na indústria de montagem orientada para o mercado interno, cuja expansão dependia de/e exercia pressões sobre as receitas de exportação.

O enfoque do Estado português na modernização do capital monopolista em Portugal impediu-o de apoiar a reestruturação da base produtiva em Moçambique. A «solução» fascista para as tensões e para os antagonismos de classe que emergiam com o desemprego e a falência do pequeno capital em Portugal e com o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas nas colónias, nomeadamente a política de promoção da emigração para as colónias, gerava novas contradições e tensões, nomeadamente com a emergência de pressões para a industrialização e para a mecanização da produção em face da crise do sistema do trabalho forçado e da reestruturação dos mercados de trabalho, por causa da sua incapacidade de fazer face às demandas contraditórias da expansão do capitalismo. Portanto, a forma dominante de integração de Moçambique na economia capitalista global – como exportador de produtos primários, de força de trabalho barata e de serviços de transporte, o que, em si, era causa de instabilidade e crises recorrentes relacionadas com a especialização dependente da economia – entrava em conflito com as novas tensões e pressões criadas pela emergência de novas facções de capital, pela transformação dos mercados de trabalho e pelo avanço da luta política anticolonial e antifascista (Wiels, 1977a, 1977b; Wuyts, 1980; Brum, 1976; Pereira Leite, 1989; Castel-Branco, 2002a).

A crise de 1974-77 foi o resultado da combinação das tensões e contradições económicas do sistema colonial de acumulação de capital com a crise geral do sistema colonial marcada pela independência nacional. A paralisação do sistema de comercialização agrícola, o abandono de empresas industriais e agrícolas, a redução drástica das exportações de força de trabalho migratória e de serviços de transportes para a África do Sul e para a Rodésia do Sul revelaram as fraquezas estruturais e as vulnerabilidades extremas da economia moçambicana, e serviram de impulso para a abordagem de mudança e transformação, que estaria na origem da grave crise dos anos 1980.

CRISES E ESTRUTURAS DE ACUMULAÇÃO II: O FRACASSO DO «GRANDE IMPULSO EM FRENTE» NOS ANOS 1980

A resposta do Governo moçambicano à crise do sistema colonial, assente numa análise focada apenas na necessidade de alterar as estruturas de investimento, produção e comércio, foi um ambicioso programa económico para eliminar o subdesenvolvimento e lançar as bases do socialismo em apenas dez anos, na década de 1980-90, que ficou conhecido como o Plano Prospectivo Indicativo (PPI). Este programa estava assente em três pilares básicos: a socialização do campo, pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas organizadas em empresas agrícolas estatais ou cooperativas; a industrialização, sobretudo relacionada com a transformação agro-industrial e com grandes projectos minerais e energéticos, centrados no vale do Zambeze; e o programa generalizado de educação e formação profissional, para responder às necessidades dos dois anteriores pilares. O instrumento central para implementar o PPI seria o chamado «aparelho de Estado de direcção da economia», que incluía o sistema de planificação, finanças públicas, banca, institutos e empresas estatais, que deveria conceber e executar um programa de investimento público extremamente ambicioso, centrado nas grandes empresas estatais, que deveria quintuplicar o tamanho da economia e transformar as forças produtivas do país em apenas dez anos. Foi assumido que o financiamento do PPI seria, em grande medida, garantido pela cooperação internacional, em particular pela Comunidade de Ajuda Mútua Económica (CAME),⁶ e pelo seu impacto na expansão da base fiscal do Estado à medida que a base empresarial da economia se desenvolvesse. No entanto, em princípios dos anos 1980 já se tornara claro que o «grande impulso» falhara. A Tabela 2 mostra as taxas de variação, em percentagem, de alguns indicadores económicos principais, comparando a primeira metade dos anos 1980 com o ano anterior ao início do PPI (1979).

Estes dados revelam, imediatamente, quatro aspectos fundamentais. Primeiro, o impulso dado à economia, pela implementação do PPI, manteve-se apenas por dois anos. Em 1984, quatro

⁶ A CAME, ou COMECON, era constituída por dez membros, nomeadamente os sete países do bloco soviético do Leste europeu (a URSS, a RDA, a Bulgária, a Roménia, a Hungria, a Polónia e a Checoslováquia), mais Mongólia, Cuba e Vietname, para além de doze países observadores, entre eles Moçambique.

anos após o início do PPI, o desempenho da economia era significativamente pior do que em 1979, ano anterior ao início do programa: o PIB, as exportações, as importações e a taxa de cobertura das importações tinham decrescido (-13%, -46%, -23% e -60%, respectivamente) e o investimento bruto havia voltado ao mesmo nível de 1979. Portanto, a economia havia acelerado por um breve período, mas travou bruscamente e entrou em declínio.

Segundo, o investimento bruto cresceu meteoricamente, quase quadruplicando entre 1979 e 1982, como seria de esperar de um programa que pretendia quintuplicar o tamanho da economia em dez anos. Porém, esta expansão durou apenas dois anos, e o decréscimo que se seguiu, a partir do terceiro ano, foi tão brutal que levou a que em 1984 o investimento bruto fosse idêntico ao de 1979. Portanto, a economia recebeu um impulso grande, mas sem o «combustível» necessário para sustentar o impulso e para reproduzir os recursos necessários para continuar a investir, retrocedeu para um nível anterior ao ponto de partida.

TABELA 2: TAXAS DE VARIAÇÃO REAIS (PREÇOS CONSTANTES) DE ALGUNS INDICADORES ECONÓMICOS FUNDAMENTAIS ENTRE 1979 E 1984, EM PORCENTAGEM (ACUMULADAS NO PERÍODO)

	1979-1982	1982-1983	1983-1984	1979-1984
Produto Interno Bruto (PIB)	9%	-12%	-9%	-13%
Investimento bruto	270%	-64%	-25%	0
Exportações de bens e serviços	7%	-27%	-32%	-46%
Importações de bens e serviços	47%	-25%	-30%	-23%
Taxa de cobertura de importações (a)	-44%	-20%	-10%	-60%

Fonte: Castel-Branco (2002a); Wuyts (1989)

Notas: cada coluna à direita da descrição dos indicadores mostra a variação, ou taxa de crescimento (ou de decréscimo), em %, registada nos indicadores nos períodos indicados (as variações não são anuais, mas para cada período, a não ser que o período em causa seja de um ano apenas). A última coluna da direita mostra a variação acumulada para todo o período entre 1979 e 1984. A taxa de variação, em percentagem, é calculada do seguinte modo $\left[\Delta Z_n = \frac{Z_t - Z_{t-j}}{Z_{t-j}} * 100 \right]$, em que Z_n se refere a qualquer um dos indicadores (PIB, investimento, etc.), e t e t-j são referências ao período em análise (por exemplo, no cálculo da taxa de variação de qualquer um dos indicadores para o período 1979-1982, t = 1982 e t-j = 1979).

(a) A taxa de cobertura de importações é um rácio entre exportações e importações de bens e serviços, que indica a percentagem das importações nacionais que pode ser adquirida pelas exportações. Nesta tabela, os dados mostram a taxa de variação da taxa de cobertura das importações, que é $\left[\Delta Q_{(23)} = \frac{\left(\frac{X}{M} \right)_t - \left(\frac{X}{M} \right)_{t-1}}{\left(\frac{X}{M} \right)_{t-1}} * 100 \right]$ em que X, M e t se referem a exportações, importações e tempo, respectivamente. Uma redução na taxa de cobertura de importações significa que a capacidade endógena de importar reduziu.

Terceiro, no período de aceleração (1980-82), as exportações, os produtos primários agrícolas e marinhos cresceram ligeiramente (7%), mas as importações, dominadas por combustíveis, maquinaria e equipamento, matérias-primas e materiais auxiliares, aumentaram seis vezes mais depressa (44%), pelo que a taxa de cobertura das importações se deteriorou ao longo de todo o período, atingindo o seu ponto mínimo em 1984 (18%). Além disso, a brutal desaceleração

do investimento foi acompanhada por uma significativa contracção das importações, de tal modo que, em 1984, o nível de importações era 23% inferior ao de 1979. Estes dados sugerem que o investimento foi um factor determinante das variações do nível de importações, mas teve um impacto mais residual nas exportações, o que é consistente com a estrutura dependente da economia e com o despoletar das tendências de crise integradas nas estruturas económicas nacionais.

O impacto residual do investimento nas exportações, quando este se expandia rapidamente, deveu-se a quatro factores: a relativa rigidez da procura mundial por produtos primários (com excepção dos hidrocarbonetos); a volatilidade dos preços dos produtos primários; o diferencial de tempo que existe entre fazer investimento e este tornar-se capacidade produtiva e de exportação real; e a reorientação de parte significativa do investimento para actividades económicas diferentes das exportações tradicionais, na tentativa de alterar as estruturas económicas. O rápido declínio das exportações, que se seguiu à travagem do programa de investimento, foi causado tanto por essa travagem como, fundamentalmente, pela expansão da guerra nas zonas rurais e pela deterioração dos preços dos produtos primários. Por sua vez, a rápida expansão e contracção das importações, associadas às dinâmicas de investimento, reflectem a dependência de importações das estruturas económicas e sociais e do modelo de crescimento adoptado. Finalmente, embora o PIB tenha crescido na fase inicial (3% ao ano, aproximadamente),

Quarto, o PIB, à semelhança das exportações, cresceu lentamente no período da aceleração, com um rácio capital-PIB muito elevado (aproximadamente trinta unidades de investimento por cada unidade de crescimento do PIB).⁷ Este elevado custo económico e social do crescimento económico foi, em parte, causado pelos mesmos factores que podem ter minimizado o crescimento das exportações: o diferencial de tempo entre investir e transformar esse investimento em capacidade produtiva real,⁸ a aplicação do grosso do investimento em actividades novas, ainda não testadas, à custa da perda de capacidade produtiva nas actividades já estabelecidas, mas, também, reflecte o baixo valor acrescentado de uma economia que expande com base em importações (Gráfico 1).

O Gráfico 1 mostra o rácio entre o valor acrescentado industrial (VAI = PIB industrial) e o investimento realizado na indústria.⁹ As duas linhas a grosso mostram, respectivamente, o rácio VAI e o investimento no mesmo ano e o mesmo rácio, mas com um *lag* de um ano (VAI de um

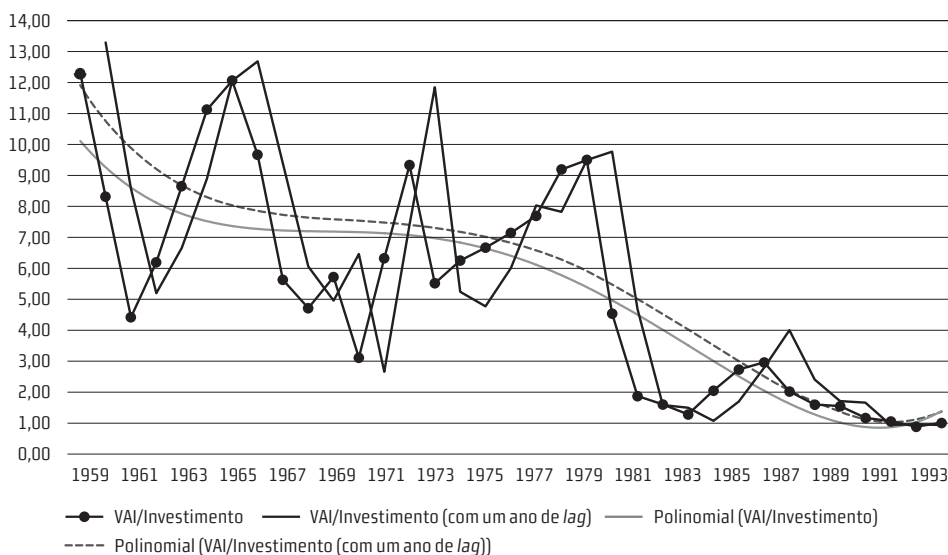
⁷ O que tende a aumentar o rácio capital-produto, ou, o que é o mesmo, a reduzir a eficácia do investimento para gerar produto. Tomando y como o crescimento económico, e I e v como investimento e a sua eficácia marginal para gerar novo produto, respectivamente, então $y = I * v$, em que v é o inverso do rácio capital-produto, $[v = \frac{1}{\frac{I}{y}}]$. Logo, quanto maior for o rácio capital-produto, menor será a quantidade de produto gerada por uma unidade de investimento. O Gráfico 1 mostra este problema a um nível mais específico, o inverso do rácio entre valor acrescentado (em vez de produto total) e investimento, que alteraria a equação de v para $[\frac{v = \frac{1}{\frac{I}{VAI}}}]$, em que I é investimento industrial e VAI é o valor acrescentado industrial.

⁸ Que requer o domínio da tecnologia, a montagem das linhas de abastecimento e comercialização, a gestão, a organização do trabalho e da força de trabalho, o desenvolvimento das relações com fornecedores e clientes, etc.

⁹ $\left[\frac{VAI}{I_{-1}} \right]_{1993}$

ano e o investimento do ano anterior), com observações reais, para captar os efeitos imediatos e retardados do investimento no VAI. As linhas a tracejado mostram as tendências dos dois rácios. Há três conclusões imediatas a tirar destes dados. Primeiro, as duas séries (com e sem *lag*) são muito semelhantes, tanto nos picos extremos (mais altos e mais baixos, embora a série com *lag* mostre um impacto um pouco maior do investimento no VAI, o que é previsível por causa do diferencial e tempo entre a execução do investimento e a sua conversão em produção efectiva) como na enorme variação do rácio. Segundo, a tendência geral das séries é para o rácio diminuir ao longo do período, mais acentuadamente a partir de 1980. Aparentemente, isso significa que a economia se foi tornando menos eficiente a converter investimento em valor acrescentado, mas esta conclusão, não sendo falsa, não capta todos os aspectos fundamentais do problema. Por um lado, os dados disponíveis estão agregados e não foi possível identificar precisamente em que ramos foi feito o investimento e qual foi o seu impacto no VAI desse ramo. É provável que haja diferenciação significativa entre ramos industriais, no que diz respeito ao investimento realizado e ao seu impacto produtivo, mas esta diferenciação provável não é captada pelos dados nesta forma agregada. Portanto, o que os dados mostram é um rácio médio, que não é exacto, mas apenas aproximado. Por outro lado, como foi mencionado, a expansão da actividade industrial focou-se nas indústrias de montagem final para o mercado interno e nas indústrias de semiprocessamento de produtos primários para exportação – ambas adicionam pouco valor, embora sejam intensivas em trabalho e requeiram algum investimento em capital, pois os processos de produção e transformação são muito simples, superficiais e estandardizados. Portanto, à medida que esta indústria se expande, o rácio MVA-investimento tende a diminuir. Uma das razões por que o rácio é maior na primeira metade das séries é a indústria ser ainda menos intensiva em capital e o parque industrial dominante ainda ser o já estabelecido e a funcionar em plena capacidade. A redução do rácio MVA-investimento também pode reflectir a combinação entre um pico muito alto de investimento e a subutilização da capacidade instalada, que é o que aconteceu com o PPI. Como foi ilustrado na Tabela 2, entre 1979 e 1982 o investimento cresceu 270%, 30 vezes mais depressa do que o PIB.

GRÁFICO 1: RÁCIO ENTRE O VALOR ACRESCENTADO INDUSTRIAL (VAI) E O INVESTIMENTO NA INDÚSTRIA

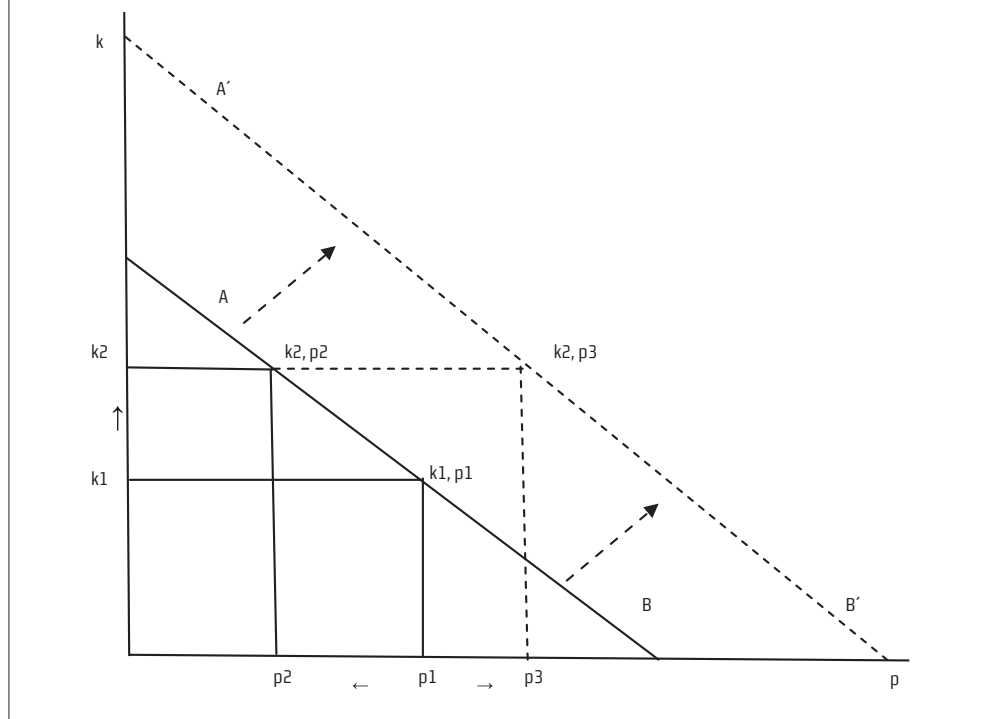


Fonte: Castel-Branco (2002a)

Além disso, numa economia dependente de importações tanto de capacidade produtiva fixa (equipamentos e máquinas, por exemplo) como das matérias-primas, materiais auxiliares e combustíveis que são necessários para operar a capacidade produtiva criada, a expansão da capacidade produtiva concorre contra a utilização dessa capacidade, dados os limites de disponibilidade em moeda externa (Doryie & Wuyts, 1993), (Figura 1). Nestas condições, a capacidade de sustentar a expansão da economia (isto é, alimentar a capacidade produtiva nova, que vai sendo criada pelo investimento, e manter os ritmos de investimento a médio e a longo prazos) é constringida pela velocidade de diversificação e expansão das exportações e da substituição efectiva das importações. Se a transformação estrutural não acontecer na economia, a aceleração económica da expansão económica tende a gerar uma bolha efémera, que rapidamente se expande, explode e implode (Castel-Branco, 2015b; Mandlate, 2017).

A Figura 1 mostra a relação inversa entre a expansão da capacidade produtiva e a utilização dessa capacidade, numa economia dependente de importações tanto dos meios de investimento como dos meios que permitem usar a capacidade criada, e que tem falta de moeda externa. Se a capacidade produtiva crescer de k_1 para k_2 , usando importações, a capacidade de importar os meios para usar essa capacidade produtiva diminui de p_1 para p_2 . A k_2 de capacidade produtiva, a disponibilidade de moeda externa terá de crescer de AB para $A'B'$ (através de aumento das exportações, ajuda externa, IDE ou empréstimos externos) para que a capacidade produtiva adicional possa ser plenamente utilizada.

FIGURA 1: RELAÇÃO ENTRE AUMENTO (K) E UTILIZAÇÃO (P) DA CAPACIDADE PRODUTIVA, NUMA ECONOMIA COM RESTRIÇÕES DE MOEDA EXTERNA E DEPENDENTE DE IMPORTAÇÕES PARA EXPANDIR E OPERAR A CAPACIDADE PRODUTIVA



A crise dos anos 1980 foi oficialmente explicada por quatro factores: a guerra, as calamidades naturais, a deterioração dos termos de troca internacionais das exportações relativamente às importações e erros de gestão económica (centralização excessiva, demasiado Estado e défice de mercado) (GdM, 1987, 1988, 1990; Banco Mundial, 1990, 1985). Estes argumentos são úteis para justificar uma abordagem neoliberal de estabilização e ajustamento estrutural, segundo o consenso de Washington, pois se eliminarmos do modelo as calamidades e os termos de troca (exógenos relativamente à política pública), restam a guerra (cuja «solução» é a paz) e os erros de gestão económica. Dado que estes «erros» estão definidos nos termos da relação inversa entre Estado e mercado e entre Estado e eficácia e eficiência económica (mais de um significa menos do outro), a única opção de política que esta análise produz é a privatização (incluindo a mercantilização de serviços públicos), a liberalização e a estabilização monetária por via do controlo da inflação. Esta abordagem não discute as limitações estruturais da economia, nem o seu enquadramento na economia mundial (que a torna vulnerável aos choques), nem analisa o impacto das suas opções de política na reprodução dos factores causadores das crises. Explicações alternativas desta crise emergem do debate, já antigo, sobre a estrutura de especialização da economia moçambicana, que a torna simultaneamente dependente de exportações de

mercadorias primárias para mercados rígidos e voláteis, e de importações de bens de investimento, de meios para usar a capacidade produtiva e de bens de consumo (Brum, 1976; Tibana, 1991; Weiss, 1992; Wuyts, 1989). Dado que a expansão económica depende de importações, e que a capacidade de expandir importações depende do comportamento das exportações de mercadorias (rígidas e voláteis), a rápida expansão da economia reforça estes padrões de dependência, o que conduz a crises estruturais de acumulação, ou se separa destes padrões, no intuito de alterar as estruturas produtivas, o que pode conduzir a crises de esgotamento da economia (como a dos anos 1980) ou à sustentação da expansão e transformação económica a médio e longo prazo. Estas abordagens são muito mais substantivas e interessantes do que a do Consenso Washington, pois são mais consistentes com a história económica de Moçambique, de onde extraem os seus argumentos, tentam fazer uma descrição detalhada das dinâmicas macroeconómicas fundamentais que são associadas com as estruturas e ligações produtivas, e colocam questões para as políticas públicas que são mais úteis, concretas e práticas.

Estas explicações alternativas podem ser estendidas para a discussão da crise de 1991-93 (Tabela 1). Esta crise foi precedida por um programa de investimento financiado por ajuda externa e direccionado para repor a capacidade produtiva de empresas produtoras de receita fiscal, de moeda externa, de emprego e de mercadorias para o campo, de modo a enfrentar os desequilíbrios fiscal e da balança de pagamentos, a aumentar o rendimento e o consumo das famílias e a reactivar a comercialização agrária. O investimento foi centrado em indústrias urbanas e periurbanas, normalmente dependentes de importações, por causa da paralisação da produção e da circulação de mercadorias no campo, no período da guerra. Pelas mesmas razões falharam as intenções de expandir mercados rurais para produtos industriais e de expandir as exportações de mercadorias primárias, dois dos enfoques e sustentáculos do programa. Por conseguinte, a expansão do investimento e da economia no período que antecedeu a crise foi centrada nos sectores dependentes de importações financiadas por ajuda externa, o que exacerbou a vulnerabilidade da economia (Castel-Branco, 2002a, 2003, 2010).

As questões levantadas por estas abordagens, sobretudo pelas alternativas ao Consenso de Washington, são reais e relevantes e, portanto, fazem parte do sistema de explicação da reprodução das condições de crise: a economia é especializada em exportações de mercadorias primárias e dependente de importações para produzir; este padrão de especialização e dependência torna-a vulnerável, volátil e propensa a crises de expansão determinadas pela instabilidade e imprevisibilidade dos mercados especulativos internacionais; os ciclos entre início da expansão e a sua crise, bem como a magnitude da crise, são encurtados pela aceleração da expansão, a quantidade de recursos mobilizados na fase de arranque da expansão e a estrutura e direcção da expansão; a fraqueza das infra-estruturas e das instituições de coordenação nacional e regional, bem como a dependência de condições naturais de produção, tornam a economia mais vulnerável às mudanças e à volatilidade climáticas; tentar fazer a economia crescer a um ritmo

muito superior à sua capacidade de reproduzir as condições para sustentar acumulação, numa tática de *blitzkrieg* económico,¹⁰ é, certamente, um problema; Estado e mercados fazem parte da economia, o Estado opera através dos mercados e tanto um como os outros são produto da interacção e do conflito entre as mesmas forças sociais, económicas e políticas e da mesma história; termos de troca entre a indústria e a agricultura, entre a cidade e o campo, entre a pequena e a grande indústria e entre o campesinato e os trabalhadores urbanos têm impacto significativo na capacidade e na direcção de acumulação e na transformação económica e social, questão que era igualmente relevante na Rússia revolucionária de 1917 e em Moçambique, seis décadas mais tarde; e, efectivamente, a partir de meados dos anos 1980, a guerra paralisou a produção e a circulação de mercadorias no campo.

Porém, apesar de colocarem questões reais e importantes, há algumas perguntas essenciais a que estas análises não respondem satisfatoriamente. Primeiro, se todas essas questões são relevantes, qual é a narrativa histórica que pode uni-las num único sistema de análise? Segundo, se todas estas questões são conhecidas, porque é que se reproduzem ao longo da história? Terceiro, neste contexto, de que modo, e até que ponto, é que uma estrutura de especialização que, à escala da economia, conduz a rupturas cíclicas de acumulação de capital, mais ou menos graves e frequentes, faz sentido ou não é inconsistente com os interesses de acumulação de facções individuais do capital, e que papel o Estado é chamado a jogar neste dilema? As crises não têm efeitos iguais para a economia como um todo e para as indústrias e empresas específicas e individuais e, numa perspectiva dialéctica, as dinâmicas da instabilidade e de crise são as mesmas da aceleração do processo de acumulação de capital e dos ajustamentos que resgatam o capital em crise à custa da economia como um todo e da sociedade. Quarto, porque é que sistemas políticos, instrumentos de gestão e objectivos de desenvolvimento diferentes não alteraram significativamente a configuração das crises, ou, por outras palavras, como se explica que tanto as estratégias de reprodução das estruturas produtivas como as que tentaram alterar tais estruturas geraram crises com dinâmicas semelhantes, ainda que com níveis de gravidade diferentes?

Portanto, esta discussão não se pode limitar a demonstrar as dinâmicas internas de crise associadas aos padrões de especialização dependentes, mas precisa de estudar a relação dialéctica entre essas estruturas, ou ligações, e as dinâmicas políticas e sociais associadas aos agentes, e como

¹⁰ *Blitzkrieg* significa ataque repentino, relâmpago, que de uma assentada resolve um conjunto complexo de questões. Tem a vantagem da iniciativa, surpresa, mobilidade e rapidez, mas põe enormes pressões sobre a logística e cria problemas de sustentabilidade a longo prazo. Este conceito é mais usado na ciência militar, no mundo do negócio e noutras aplicações de estratégia em que um «inimigo» poderoso (numeroso, ou bem equipado, ou experiente, ou com vantagem locacional, etc.) é confrontado e em que a iniciativa e a surpresa estratégica e tática podem ser de enorme vantagem a quem ataca, a curto prazo. No entanto, uma economia dificilmente pode ser considerada um campo para jogos desta natureza, e a velocidade da expansão ou transformação nunca será suficientemente alta para completar a ofensiva antes de os problemas estruturais profundos se revelarem. Para isso, seria necessário poder realizar a ofensiva à velocidade da luz. Não é possível resolver problemas estruturais tentando transformar a economia a uma velocidade maior do que a da revelação prática desses problemas, pois se são estruturais, são intrínsecos ao tecido económico e, por essa via, expansão ou transformação são sempre feitas com e a partir dessas mesmas estruturas e com esses mesmos problemas, exacerbando-os.

estas se moldam mutuamente. Ou seja, é preciso explicar a base social e histórica das estruturas de acumulação, sem o que essas estruturas se tornam estáticas e a-históricas, a narrativa fica centrada nas aparências, ainda que estas sejam reais e façam parte da essência, e a análise torna-se inútil para pensar em acção transformativa. Isto remete-nos tanto para uma secção anterior deste artigo, em que discutimos crises e o circuito de acumulação de capital, como para dois outros artigos deste livro, sobre o método de investigação (Castel-Branco, 2017a) e sobre a lógica histórica do sistema de acumulação de capital em Moçambique (Castel-Branco, 2017b), os quais discutem uma parte substancial destas questões, localizando-as tanto na lógica do sistema de acumulação de capital como na história económica contemporânea concreta de Moçambique.

CRISE ANUNCIADA – MEGACAPITAL E MEGACRISE NO SÉCULO XXI

Na secção anterior, descrevemos, muito brevemente, cinco momentos de crise na economia moçambicana, ocorridos na segunda metade do século XX, com a mais sistémica e aguda das cinco, a dos anos 1980, a merecer descrição mais detalhada. Nos cinco casos, as crises podem ser explicadas por uma combinação de factores internos ao funcionamento da economia política de Moçambique: as estruturas de especialização e dependência, pressões sociais e políticas, medidas de política económica e condições históricas específicas. Ao longo daquele período, apesar de mudanças políticas e históricas significativas, as condições estruturais e sociais de produção não mudaram significativamente, reproduziram-se e jogaram um papel central em cada uma das crises. As várias tentativas de transformação resultaram em crises de acumulação, mais ou menos agudas e prolongadas, teoricamente previsíveis pela tendência que o capitalismo tem para a crise e a necessidade que tem das crises como parte orgânica da sua expansão. Expandir e aumentar a escala do sistema de produção e das suas rendas, isto é, a escala e o ritmo de acumulação, não só não evitam como aceleram e aprofundam a emergência e a severidade de crises, se as questões mais gerais e essenciais ligadas com os padrões de acumulação de capital não forem tratadas. Esta secção discute a construção da actual crise económica moçambicana, revelando-a como a história de uma crise anunciada, começando por tratar da porosidade económica, como mecanismo necessário para a geração e apropriação de rendas para capitalizar o capitalismo doméstico (Castel-Branco, 2015a, 2014), também serviu para atrair e manter intenso o influxo de capital externo, fonte desse processo de capitalização. A secção discute, depois, o impacto deste processo na crise mais geral da economia, nomeadamente o seu afunilamento, a sua ineficácia a reduzir pobreza, a crise de insolvência financeira e o desenvolvimento de um sistema financeiro predominantemente especulativo.

POROSIDADE: LIGAÇÃO ORGÂNICA ENTRE PERDAS SOCIAIS E GANHOS PRIVADOS NO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Porosidade económica é definida como o estado de permeabilidade da economia que permite, com facilidade, a perda de excedente ou riqueza social a favor quer da economia exterior quer da acumulação privada de riqueza. A porosidade económica pode resultar da incapacidade de absorção do excedente pela economia como resultado de factores estruturais, tais como a dependência de importação de capacidade produtiva e de bens de consumo básicos; a incapacidade de substituição efectiva de importações;¹¹ a desarticulação da base produtiva; a exposição à vulnerabilidade e à volatilidade criadas pela dependência de exportação de mercadorias primárias; a dependência de fluxos externos de capital para o investimento público e privado, que são, normalmente, acompanhados por exigências relativas à livre circulação de capitais, repatriamento de lucros e outras. Este tipo de porosidade, de tipo I, marca a economia moçambicana ao longo da história e, geralmente, resulta em perdas da economia doméstica para a economia global, constituindo uma das características da desigualdade do capitalismo global (Mandel, 1980; Castel-Branco, 2014).

A permeabilidade da economia pode, também, resultar de factores políticos e institucionais, como os generosos pacotes de incentivo e estímulo ao capital privado doméstico e multinacional, nomeadamente as privatizações e expropriações a baixo custo, a permissão da especulação financeira internacional com recursos nacionais estratégicos, as parcerias público-privadas e a mercantilização e terceirização dos serviços públicos, as garantias públicas para o endividamento privado, os pacotes de resgate dos bancos comerciais quando as bolhas especulativas se rompem, os incentivos fiscais redundantes do ponto de vista de atracção e alocação do investimento, as facilidades de repatriamento de capitais, a fuga ilícita de capitais, entre outros. Este tipo de porosidade, de tipo II, é essencialmente orientado para a transferência de recursos e rendas do sector público para acumulação privada de capital, doméstica ou internacional.

A porosidade resulta, pois, de estruturas, instituições e políticas económicas específicas, e pode ser um mecanismo de transferência de recursos e rendas públicos para promoção da acumulação privada de capital, sobretudo nas suas fases iniciais, por via da expropriação do Estado e do papel do Estado na articulação triangular, «sagrada», entre o Estado, o capital financeiro doméstico emergente e o capital multinacional (Castel-Branco, 2014).

Os factores económicos estruturais da porosidade da economia moçambicana serão discutidos noutras secções deste artigo, ou noutros artigos deste livro, através tanto da análise das dinâmicas de crise na segunda metade do século XX como da descrição das estruturas afuniladas e

¹¹ A substituição efectiva de importações está associada ao desenvolvimento de ligações e capacidades produtivas a montante e jusante. A «efectiva» substituição de importações difere, pois, de indústrias de montagem final de produtos, com base em e dependentes de importações e de força de trabalho pouco qualificada e barata, empregue em processos de produção altamente estandardizados e de pouco valor tecnológico (ver, por exemplo, Fine & Rustomjee, 1996; Chang, 1996).

descontínuas da economia extractiva. Nesta secção, vamos concentrar-nos, portanto, nos outros factores, políticos e institucionais, que já foram abordados com detalhe e profundidade em Castel-Branco (2010, 2014, 2015a, 2015b); Castel-Branco & Massarongo (2016a, 2016b), Massarongo (2013, 2015, 2016), Massarongo & Muianga (2011), Massingue & Muianga (2013). Nesta secção faremos um resumo da descrição do formato que a porosidade de tipo II assume em Moçambique, as ondas de expropriação do Estado para, de seguida, identificar uma das consequências mais marcantes, a ruptura da bolha económica especulativa.

O foco da política económica em Moçambique, nas últimas duas décadas e meia, tem sido a tentativa de fazer emergir e nutrir, ou capitalizar, classes capitalistas nacionais, num contexto em que as estruturas de acumulação privada de capital foram anteriormente criadas, pela penetração e ocupação colonial, pelo domínio do capital mineral-energético sul-africano na África Austral e pelas dinâmicas de integração em processos e estruturas de acumulação capitalistas globais e desiguais. Além disso, o processo de libertação do colonialismo foi acompanhado pela apropriação, pelo Estado, do controlo de activos produtivos, como empresas e infra-estruturas nacionalizadas ou intervencionadas, e dos recursos estratégicos, como a terra e os recursos minerais-energéticos. A criação e a capitalização das classes capitalistas nacionais requeriam a desnacionalização, desapropriação ou expropriação do Estado para benefício privado, bem como a criação das condições necessárias para o aproveitamento dos recursos e rendas privatizados para reprodução e acumulação de capital privado.

A primeira onda de expropriação do Estado, as privatizações maciças dos anos 1990, transferiu cerca de mil e quinhentas empresas públicas e acções públicas de mais outras tantas empresas para o domínio privado, 80% das quais foram para moçambicanos ligados à elite financeiro-comercial e política do País (comerciantes, pequenos industriais, quadros superiores das empresas públicas e da administração pública, veteranos da luta de libertação nacional, entre outros). Estas transferências de propriedade para moçambicanos foram subsidiadas, implicitamente e sem uma estratégia produtiva, por o Estado ter informalmente permitido que em média os novos empresários pagassem apenas cerca de 20% do preço de compra dos activos públicos privatizados (Cramer, 2001; UTRE, 1996, 1999). Estas privatizações não geraram dinâmicas de reprodução e acumulação de capital, porque os activos eram obsoletos e precisavam de investimento que os novos proprietários não tinham capacidade de realizar, a maioria dos quais não tinha qualquer experiência industrial e de gestão, e a economia não possuía os serviços (tecnológicos e de engenharia, de acesso a mercados, financeiros, de formação, etc.) acessíveis e de qualidade que pudessem ajudar a relançar a produção. Assim, cerca de 45% das empresas faliram e encerraram ou foram revendidas pelos proprietários, e cerca de 55% mudaram de actividade, geralmente da indústria transformadora para comércio ou armazenagem (UTRE, 1996, 1999; Banco Mundial, 1996). De todo o modo, o valor dos activos transferidos do Estado para as classes capitalistas emergentes, a baixo custo, é incalculável. Por outro lado,

o Estado perdeu financeiramente por causa dos subsídios implícitos e dos gastos com indenizações de trabalhadores despedidos de empresas falidas.

A segunda onda de expropriação do Estado, a privatização e mercantilização dos recursos públicos estratégicos, teve em vista estimular a capitalização de capitalistas nacionais e resolver o problema do enquadramento produtivo dos activos privatizados, não apenas, como na onda anterior, mudar a propriedade e criar novas rendas privadas à custa do Estado. A solução para este problema era atrair capital multinacional e associá-lo aos grupos de capitalistas sobreviventes da primeira onda de capitalização, pois as multinacionais trariam as finanças, a tecnologia, a qualidade, os mercados, os fornecedores, os gestores e os engenheiros, a reputação e a experiência. Para atrair as multinacionais, o Estado pôs à sua disposição os recursos estratégicos do País, nomeadamente a terra, os recursos minerais-energéticos e florestais. Alguns dos mecanismos de porosidade, como as grandes concessões dadas às multinacionais e a permissão da financeirização especulativa dos recursos estratégicos privatizados, o baixo custo dos activos, a mercantilização e privatização do controlo de infra-estruturas públicas, como as linhas férreas e os portos, fazem parte do processo de redução dos custos e dos riscos e de aceleração da taxa de recuperação do investimento, de modo a atrair esse tipo de capital. Para ligar as multinacionais à capitalização das classes capitalistas domésticas, o Estado transferiu para estas recursos e activos, a baixo custo, de modo que os proprietários nacionais pudessem negociá-los com largas vantagens financeiras mas com preços competitivos; reservou 20% das acções nos grandes projectos para alocação a novos proprietários nacionais e usou incentivos fiscais e o baixo custo dos activos como compensação, para o capital multinacional, de essas acções não serem realizadas financeiramente; financiou ou serviu de avalista para o financiamento de investimento privado doméstico para prestação de serviços a grandes projectos de capital multinacional; terceirizou, ou privatizou e mercantilizou, a prestação de serviços públicos, especialmente na logística e, até, na defesa e segurança, abrindo novas áreas para a expansão do capital privado com ajuda do Estado. Em conclusão, nesta segunda onda de expropriação do Estado (de recursos estratégicos, de instrumentos materiais de apoio à política económica e de rendas), este abdicou de receita e do seu poder sobre recursos estratégicos, e reorientou as prioridades da sua despesa para a promoção de ganhos privados (Castel-Branco, 2010, 2014, 2015a, 2015b; Castel-Branco & Massarongo, 2016b). A terceira onda de expropriação do Estado, o endividamento público acelerado para promover o capital privado, surge na sequência do sucesso e da rápida expansão do núcleo extractivo da economia e das suas infra-estruturas e serviços adjacentes, durante a segunda onda de expropriação do Estado, que expandiu as demandas sobre a despesa pública, tanto pelas necessidades de infra-estruturas e serviços como para garantir e proteger o rápido endividamento privado que esta estratégia de expansão económica estimulava. Assim surgiu a recente crise da dívida pública. O peso da dívida pública total no PIB terá aumentado de 40% para 115%, entre 2006 e 2015, projectando-se que tenha atingido 130% em 2016 e possa vir a atingir 140% em 2017 (GdM,

1999-2015; BdM, 2017; Banco Mundial, 2017). A Tabela 3 ilustra quatro aspectos importantes da dinâmica da dívida pública: o seu crescimento meteórico, mais de duas vezes mais rápido do que o da economia; a mudança radical da estrutura da dívida, a favor da dívida comercial, que é a componente mais cara, de mais curto prazo, mais difícil de renegociar e com mais impacto na avaliação da economia pelos mercados financeiros; o peso dominante, na formação da dívida comercial, da intervenção do Estado, por via da sua despesa, para promoção da acumulação privada de capital (as garantias à dívida privada e o investimento em infra-estruturas e serviços para megaprojectos somam 70% da dívida comercial); e o surgimento do efeito «armadilha da dívida», dado que 30% da dívida comercial é dívida contraída, predominantemente no mercado interno, para servir a dívida – isto é, a dívida está a nutrir a dívida.

A quarta onda de expropriação do Estado e da sociedade, a introdução da austeridade social por via fiscal (despesa pública) e monetária (controlo da massa monetária), surge como resposta monetarista tradicional à crise da dívida pública (uma das manifestações da insustentabilidade económica e social do modelo de acumulação adoptado), que, ao mesmo tempo, tenta equilibrar os défices (fiscal e da balança de pagamentos) e proteger o capital financeiro. O carácter ilícito de parte da dívida e o descontrolo da gestão da dívida paralisaram os influos de ajuda externa programática para o Orçamento do Estado e para a ajuda à balança de pagamentos.

A combinação do financiamento da dívida pela venda de títulos de dívida e da incapacidade de servir e reestruturar a dívida para níveis sustentáveis tornou o capital comercial mais escasso e mais caro.

TABELA 3: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ENTRE 2006 E 2015 (STOCK, ESTRUTURA E DINÂMICA), EM COMPARAÇÃO COM O CRESCIMENTO DO PIB NO MESMO PERÍODO

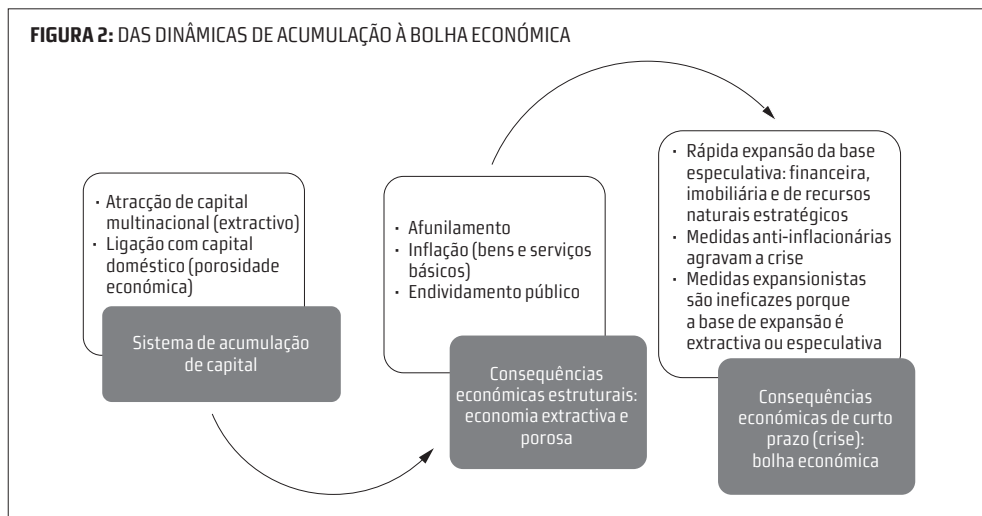
	VARIACÃO DO STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA			VARIACÃO DO PIB	VARIACÃO DA DÍVIDA COMERCIAL			A DÍVIDA COMERCIAL POR TIPO DE DESPESA (PESO NA DÍVIDA COMERCIAL TOTAL)		
	Interna	Externa	Total		Variacão	Peso 2006 (a)	Peso 2015 (a)	Infra-estruturas (b)	Garantias à dívida privada (c)	Serviço da dívida (d)
Variacão acumulada no período 2006-2015	900%	223%	264%	97%	1.300%	8%	49%	31%	39%	30%
Média anual de variacão	26%	13%	15%	7%	37%	-	-	-	-	-

Fonte: GdM (1999-2015); Castel-Branco & Massarongo (2016c)

Notas: (a) peso da dívida comercial no stock total da dívida pública, nos anos respectivos; (b) associadas com os megaprojectos; (c) inclui apenas as garantias ilicitamente dadas a três empresas, Ematum, Proindicus e MMA; (d) maioritariamente formado por dívida interna contraída para pagar dívida.

A Standard & Poor's reduziu o *rating* financeiro de Moçambique de B+, em Fevereiro de 2014, para SD/D (sem valor para instituições de crédito), em Março de 2017. Além disso, há indícios claros de *stress* no sistema financeiro comercial doméstico criado pela ruptura da bolha especulativa: os bancos negociaram intensamente usando a dívida pública, mas o Estado não consegue honrá-la. Na sequência disso, o Banco de Moçambique já mencionou a necessidade de pacotes de resgate de alguns bancos comerciais, os critérios financeiros para formação e funcionamento dos bancos foram agravados, o quarto maior banco nacional está à venda e um dos pequenos bancos faliu e encerrou as suas actividades. A suspensão da ajuda externa, as pressões orçamentais do serviço da dívida e a escassez de capital comercial tornaram impossível continuar a política de financiar a valorização da moeda nacional para conter os custos de vida (dada a dependência da produção e do consumo em relação a importações) e subsidiar preços dos bens e serviços básicos. Logo, a inflação disparou, com destaque para a dos preços dos bens alimentares e de outros bens e serviços básicos mais procurados pelas camadas sociais de menor rendimento. Ao longo do tempo, os efeitos estruturantes da porosidade económica foram acumulando e convergiram no grave endividamento público e na consequente ruptura da bolha económica (Figura 2), com alguns impactos imediatos. Primeiro, o processo de acumulação de capital foi, mais uma vez, rompido. Ainda não é possível saber se esta crise vai suscitar a discussão política crítica que estimule a transformação do sistema de acumulação. Segundo, a escassez e o elevado custo do capital, interno e externo, reduzem as opções do sistema financeiro e da política pública para financiar a diversificação e o alargamento da base produtiva, comercial, fiscal e de distribuição da riqueza. Terceiro, o mecanismo de porosidade económica, em especial na fase do endividamento público acelerado, nutriu e exacerbou as tendências especulativas do sistema financeiro. Quarto, as medidas de estabilização financeira poderão reforçar a concentração e a centralização de capital, nomeadamente no sistema financeiro e no desenvolvimento da base produtiva. Quinto, a inflação mais acelerada dos preços dos bens e serviços básicos aumenta a desigualdade do poder de compra real e reduz as opções de desenvolvimento económico intensivo em trabalho e de redução da pobreza. Portanto, ao longo da história a permeabilidade da economia foi mantida, reproduzida e reformatada para responder às dinâmicas de acumulação privada de capital em cada etapa, mas sempre à custa do Estado e da sociedade como um todo. A porosidade económica ficou parte orgânica dos mecanismos de extracção, que permitem a privatização dos recursos, activos, serviços, excedente e rendas públicos, mas, ao mesmo tempo, tornam a economia extractiva insustentável e de difícil reprodução a longo prazo.

FIGURA 2: DAS DINÂMICAS DE ACUMULAÇÃO À BOLHA ECONÓMICA



INVESTIMENTO PRIVADO E AFUNILAMENTO CONTÍNUO DA BASE PRODUTIVA

O estudo das dinâmicas do investimento é uma maneira de investigar se e como as tendências do passado se podem reproduzir no futuro da economia. Moçambique tornou-se um dos três países da África Subsaariana mais apetecíveis para investidores privados, em conjunto com a Nigéria e a África do Sul, mas que economia está a ser construída com esse investimento? Será que a tendência de afunilamento da economia, e o seu impacto na base produtiva, no comércio, emprego e ligações empresariais, se vai reproduzir no futuro?

Dados do Banco de Moçambique (2017) e do Banco Mundial (2017) indicam que entre 2000-2105 Moçambique recebeu cerca de 28 biliões USD em investimento privado externo (investimento directo estrangeiro, IDE, e empréstimos externos comerciais). A Tabela 4 mostra que os influxos de investimento foram muito desiguais ao longo da última década e meia, com significativa aceleração nos últimos seis anos. No entanto, estes dados, mais exactos no que diz respeito aos influxos reais de investimento externo, não mostram a sua alocação sectorial. Por isso, vai ser necessário recorrer à base de dados do Centro de Promoção de Investimento (s.d.), sobre intenções de investimento privado.¹²

¹² «Investimento aprovado» é um *proxy* para análise das tendências e dinâmicas de investimento. A utilização deste *proxy* deve-se à dificuldade de acesso a dados sistemáticos e de longo prazo sobre o investimento de facto realizado, desagregado por projecto e por fonte de financiamento. Este *proxy* pode induzir a erros de análise de dois tipos. Primeiro, pode resultar no exagero do padrão de descontinuidade do investimento, porque um grande projecto de investimento pode ser aprovado num ano enquanto o investimento é realizado ao longo de vários. Segundo, dada a ausência de mais informação sistemática, é difícil estimar se o grande investimento estrangeiro tem uma taxa de realização maior ou menor do que a do pequeno investimento nacional. Por isso, é difícil saber se os dados do investimento aprovado sobestimam ou subestimam a concentração do investimento nos grandes projectos minerais e energéticos. No entanto, a análise do investimento aprovado, na ausência de dados melhores, dá informação útil sobre as intenções de investimento, tanto dos investidores como do Governo, e sobre as implicações dessas intenções para os padrões de produção e comércio futuros. Estes dados também dão informação sobre as fontes de investimento, o que é um indicador de motivações e de capacidades e dinâmicas de mobilização de recursos. Apesar destas chamadas de atenção sobre o cuidado a ter com estes dados, a análise do investimento aprovado é consistente com o comportamento geral da economia, o que dá garantias sobre a sua validade.

TABELA 4: INFLUXOS REAIS DE INVESTIMENTO PRIVADO EXTERNO (INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E EMPRÉSTIMOS COMERCIAIS EXTERNOS) PARA A ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE (EM MILHÕES DE USD)

	2000-04	2005-09	2010-14	2015	2000-15
Influxos reais de investimento privado externo	1324	2188	20 566	3868	27 946
Média anual	265	438	4131	3868	1747

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017)

TABELA 5: FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO, POR FONTE (EM % DO INVESTIMENTO PRIVADO TOTAL), 1996-2015

	NACIONAL	ESTRANGEIRO	TOTAL
Investimento directo	6%	37%	43%
Empréstimos bancários	18%	39%	57%
Total	24%	76%	100%

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); CPI (s.d); Massingue & Muianga (2013); Castel-Branco (2002a, 2002b, 2010)

Esta base de dados revela que, nas últimas duas décadas, foram aprovados mais de 3400 projectos de investimento, num valor superior a 35 biliões USD.¹³ Deste montante, 37% são financiados por IDE, 6% por investimento directo nacional (IDN) e 57% por empréstimos do sistema bancário. Embora a informação do CPI não identifique a origem dos «empréstimos», o cruzamento desta informação com dados sobre os empréstimos do sistema bancário nacional permite concluir que cerca de 39% do investimento privado total é financiado por empréstimos da banca comercial externa e 18% pela banca comercial doméstica (BdM, 1995-2015; CPI, s.d.; Massingue & Muianga, 2013) (Tabela 5). Logo, do investimento privado total em Moçambique, 76% é financiado por fluxos externos de capital.

Os dados sobre investimento mostram que a economia de Moçambique é atractiva para o capital financeiro externo, mas também apontam para o tipo de estruturas, capacidades e dinâmicas que essa economia poderá ter no futuro, criadas pelo investimento, e revelam os factores que atraem o capital financeiro. Assim, é importante prestar atenção ao padrão de investimento.

Primeiro, o investimento é concentrado num número reduzido de megaprojectos¹⁴ em sectores e actividades primárias, viradas para a exportação de mercadorias primárias, com limitadas

¹³ A disparidade entre a bases de dados do CPI e as do Banco de Moçambique e do Banco Mundial deve-se a três factores. Primeiro, o CPI inclui investimento nacional e estrangeiro, enquanto os dados dos dois bancos é sobre investimento estrangeiro. Segundo, a base de dados do CPI é sobre intenções de investimento aprovadas, enquanto as dos dois bancos é sobre influxos reais. Terceiro, a base de dados do CPI localiza o investimento no tempo em função do ano de aprovação do projecto, enquanto as dos dois bancos localiza-o temporalmente em função dos influxos reais.

¹⁴ Na lei do investimento privado em Moçambique, um megaprojecto é definido por requerer 500 milhões USD ou mais de investimento inicial. Esta categoria de projectos beneficia de incentivos fiscais e aduaneiros, de facilidades cambiais, de livre circulação de capitais e de livre repatriamento de lucros que excedem os benefícios das outras classes de projectos.

ligações domésticas. Os 13 megaprojectos da lista do CPI representam 0,4% do total dos projectos aprovados, prevêem o emprego directo de não mais de 20 mil trabalhadores, mas equivalem a 60% do montante do investimento privado aprovado entre 1990 e 2014 (22 biliões USD). Deste montante, 42% pertencem a quatro projectos industriais [fundição de alumínio, (fases I e II), fundição de ferro e aço, e petroquímica], 25% a três projectos florestais, 14% a dois projectos mineiros (areias pesadas e carvão), 9% a uma barragem hidroeléctrica, 5% a um grande projecto turístico e outros 5% a dois projectos de transportes e comunicações (um pequeno porto para escoamento de minerais e um projecto de telefonia móvel). Portanto, 95% do valor de intenções de investimento em megaprojectos destina-se directamente ao núcleo extractivo da economia (complexo mineral-energético e mercadorias agrícolas e florestais para exportação) ou à sua rede de serviços.

De um modo mais geral, do total de intenções de investimento aprovadas nas últimas duas décadas (incluindo todos os projectos), 30% destinam-se a recursos minerais e a energia, 25% a indústrias de fundição e petroquímica ligadas ao complexo mineral-energético, 20% a florestas e tabaco. Ou seja, 75% das intenções totais de investimento privado são para actividades do núcleo extractivo da economia orientadas para exportações de produtos primários. Pouco mais de metade do restante é alocado à rede de serviços e infra-estruturas que serve esse núcleo extractivo. Dado este padrão de intenções de investimento, a distribuição do investimento ao longo do tempo, por sectores e pelo território nacional, é desigual e descontinuada, dependendo dos megaprojectos. O aumento das intenções de investimento, que coincide com o interesse de investidores em gás, carvão, florestas e infra-estruturas associadas, concentrou-se no Centro e Norte de Moçambique (CPI, s.d.; Massingue & Muianga, 2013).

Segundo, as intenções de investimento não são sempre concretizadas, pois há projectos cancelados ou atrasados, apesar de terem sido aprovados há vários anos. Oito dos treze maiores projectos aprovados entre há quatro e treze anos, correspondentes a 60% do valor de investimento aprovado para megaprojectos, ainda não estão em execução, estão significativamente atrasados ou foram cancelados. Uma avaliação preliminar feita nas províncias de Gaza, Tete e Cabo Delgado indica que sensivelmente metade do total dos projectos de investimento privado aprovados e listados pelo CPI não está em execução, ou é desconhecida localmente (Massingue & Muianga, 2013).

Sem mais investigação sistemática não é possível padronizar as causas dos cancelamentos ou atrasos na execução de projectos de investimento privado aprovados. A informação existente permite, no entanto, formular algumas hipóteses. A crise internacional constitui um obstáculo à mobilização de finanças, sobretudo para grandes projectos de investimento intensivos em capital, num período de contracção ou crescimento lento de mercados mundiais de algumas mercadorias primárias. A crise internacional é exacerbada pelo endividamento público acelerado em Moçambique, que levou à paralisação dos créditos comerciais e à aplicação das mais

altas taxas de juro mundiais sobre a dívida e os empréstimos para Moçambique, por causa do risco de incumprimento da dívida. Esta situação paralisou projectos de investimento em biocombustíveis, florestas e barragens, reduziu a capacidade do Governo de mobilizar investidores para o seu ambicioso programa de liquefacção de gás (devido aos custos de capital e à competição de projectos idênticos já estabelecidos em economias maiores), serviu de justificação oficial para a entrega, pelo Governo, e sem concurso público, do programa de digitalização da radiodifusão à empresa chinesa Star Times,¹⁵ alegando que o banco chinês Exim¹⁶ condicionou a concessão do crédito comercial ao Governo de Moçambique à alocação do projecto a uma corporação chinesa. Outro factor são os estrangulamentos nas infra-estruturas, nos serviços, na logística e no acesso a força de trabalho qualificada, que encarecem e atrasam projectos. Por exemplo, a falta de energia eléctrica é uma das causas da transição lenta entre a aprovação de projectos e a sua execução nos parques industriais, do mesmo modo que o estado de operação e a capacidade das linhas férreas afectam o ritmo da extracção/exportação do carvão. Os mercados financeiros domésticos, postos sob pressão pelo endividamento público, focam-se no núcleo extractivo da economia, na especulação com a dívida, no consumo de bens duráveis e de luxo e no grande negócio imobiliário, não tendo interesse nem capacidade para expansão no sentido do financiamento do resto da economia real. A desarticulação das estruturas e actividades produtivas, que fragmentam mercados, infra-estruturas e linhas de abastecimento, dificulta a implementação de projectos ou torna-os inviáveis e de alto risco. A competição oligopolista entre investidores encoraja-os a obterem recursos e a mantê-los inactivos, ainda que protegidos dos seus concorrentes, à espera de melhores mercados financeiros ou de mercadorias primárias.

A especulação, entre multinacionais, com os recursos nacionais (terra, água, recursos minerais e hidrocarbonetos) permite a corporações realizar rendas significativas como intermediários na transferência de propriedade pública para o mercado mundial de recursos, como nos casos da Riversdale, concessões de gás natural, projectos de biocombustíveis e florestas e outros. Obtendo concessões para áreas muito superiores ao que pretendem explorar, estas companhias usam a especulação dos activos para se autofinanciar, mas garantindo o controlo de quantidade significativa de acções nos recursos naturais a baixo custo. Corrupção, incompetência ou decisões irregulares por parte de decisores políticos também podem afectar a implementação de projectos. Estas hipóteses são explicações possíveis, mas somente investigação mais sistemática poderá confirmá-las e esclarecer o grau de relevância de cada uma delas, e como se relacionam entre si.

¹⁵ Em associação com a Star Times Moçambique, participada, em 15%, por empresas lideradas por familiares directos do então Presidente da República Armando Guebuza (Machel, 2011, 2012).

¹⁶ O banco Exim é um dos três bancos estatais chineses encarregados de implementar a política industrial do Governo chinês, dentro e fora do território da República Popular da China.

Terceiro, a dependência do financiamento externo contribui para que o padrão de investimento seja definido pelas corporações multinacionais e que os seus interesses corporativos dominem os interesses do capital doméstico e da banca. Assim, o IDE está concentrado (83%) no núcleo extractivo da economia, em que são também aplicados 71% dos empréstimos bancários (73% dos empréstimos externos e 66% dos empréstimos internos) e 58% do IDN. O capital privado doméstico é activo em quatro outros sectores: financeiro, turismo, transportes e comunicações e construção, que absorvem 42% do IDN, 17% do IDE e 21% dos empréstimos. Ou seja, 96% do IDE, 85% do IDN e 93% dos empréstimos estão concentrados nos sectores nucleares da economia extractiva e nos serviços e infra-estruturas associados (CPI, s.d.; Masingue & Muianga, 2013; Castel-Branco, 2010, 2014) (Tabela 6).

TABELA 6: ALOCAÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO A ÁREAS DA ECONOMIA (PERCENTAGEM DE CADA FONTE QUE VAI PARA CADA ÁREA E PERCENTAGEM TOTAL ALOCADA POR ÁREA), 1996-2015

	ECONOMIA EXTRACTIVA					OUTROS SECTORES: (*) (a)
	Núcleo extractivo da economia (*) (a)	% do financiamento da fonte que vai para o núcleo extractivo (b)	Serviços e infra-estruturas adjacentes ou associados ao núcleo extractivo (*) (a)	% do financiamento da fonte que vai para os serviços e infra-estruturas adjacentes (b)	% do financiamento da fonte que vai para a economia extractiva (b)	
IDE	31%	83%	5%	13%	96%	1%
Empréstimos externos	29%	73%	9%	23%	96%	2%
IDN	3%	58%	2%	27%	85%	1%
Empréstimos internos	12%	66%	4%	22%	88%	2%
Total (c)	75%	-	20%	-	95%	6%

Fontes: CPI (s.d.); Masingue & Muianga (2013); Castel-Branco (2010, 2014)

Notas: (*) O núcleo extractivo incorpora os recursos minerais e energéticos, indústrias petroquímica e de fundição, tabaco, florestas e outras mercadorias agrárias para exportação. As infra-estruturas e os serviços adjacentes (ou associados) ao núcleo extractivo da economia incluem construção, comunicações, transportes e logística. «Outros sectores» inclui turismo, finanças, comunicações, transportes de passageiros e carga e habitação. (a) percentagem do investimento privado total; (b) percentagem da fonte de financiamento (IDE, ou IDN ou empréstimos internos ou externos) que é alocada ao sector; (c) a soma total dá 101% por causa do arredondamento dos números.

Quarto, o IDN, sendo mínimo (apenas 6% do investimento privado total), é aplicado predominantemente em áreas de retorno seguro, nomeadamente na margem do núcleo extractivo e nos serviços e infra-estruturas adjacentes. O núcleo extractivo é atractivo pela possibilidade de controlar e renegociar a exploração dos recursos naturais e de, por via de ligações com o Estado, ter acesso a expropriações a baixo custo e à estrutura accionista e directiva das grandes empresas do complexo mineral-energético (Castel-Branco, 2014; Machel, 2011, 2012).

Os serviços e infra-estruturas adjacentes são atractivos devido aos clientes seguros, ao controlo do acesso a infra-estrutura pública, às parcerias público-privadas (PPP) e ao financiamento público, por via da dívida, de parte substancial da infra-estrutura económica – isto explica, por exemplo, o papel destacado do IDN no sector financeiro (compra e gestão da dívida pública e outros fundos do Estado, bem como o negócio imobiliário), na construção (sobretudo a participação em obras públicas e logística dos hidrocarbonetos) e nos transportes e comunicações (com duas vertentes dominantes, nomeadamente telefonia móvel e gestão privada do sistema ferroviário ligado às explorações mineiras). O controlo dos serviços também afecta o poder negocial com o grande capital investido nos sectores extractivos nucleares. A concentração do IDN nestes sectores influencia o foco da política pública, pois uma parte dos investidores nacionais constitui o grupo e a dinâmica de interesse nacional mais influentes sobre o Estado e a sua política económica (Machel, 2011, 2012). Portanto, mesmo sendo pequena, a participação do IDN nestes sectores garante a sua rápida reprodução, a penetração no mundo do grande negócio multinacional, a consolidação da sua relação e do seu controlo sobre a política pública e a aprendizagem sobre as dinâmicas do grande capital global (financeiro e de mercadorias primárias).

Resumindo, o IDE marca o ritmo e a direcção do investimento privado em Moçambique, as multinacionais definem a direcção do IDE, e os empréstimos bancários e o IDN complementam ou operam nas áreas de oportunidade em torno do IDE, em que haja espaço para acumulação privada.

Quinto, influxos de capital externo, em condições de porosidade económica, são acompanhados por saídas de capital na forma de repatriamento de lucros, serviço de dívida, serviços de investimento, entre outros. Enquanto a economia recebe quantidades maciças de capitais externos, os saldos da balança financeira e de capitais ficam positivos, mas quando o influxo de capital externo abrandar, podem tornar-se altamente negativos. Portanto, a não ser que a economia consiga substituir importações efectivamente e desenvolver e diversificar a base de exportações, fluxos tão maciços de capital externo, relativamente ao tamanho da economia, podem rapidamente conduzir a uma crise de dívida pública e privada, resultando em contracção da economia.

Portanto, a análise do investimento mostra sete elementos importantes, que sugerem o que pode ser o futuro da economia moçambicana, a médio e longo prazo: (i) concentração em recursos naturais e necessidade de incorporação contínua de mais recursos para manter a expectativa de *boom* económico; (ii) baixa taxa de concretização do investimento, mesmo com adjudicação, pelo Estado, de grandes concessões mineiras e de hidrocarbonetos a empresas multinacionais; (iii) especulação com recursos como meio de obtenção e partilha de rendas e de refinanciamento das companhias envolvidas; (iv) financiamento da expansão do capital no núcleo extractivo da economia, nas infra-estruturas, nos serviços adjacentes e na especu-

lação imobiliária com recurso à dívida pública (títulos do Tesouro, créditos comerciais e PPP), à expropriação das infra-estruturas do Estado (como os caminhos-de-ferro, por exemplo) e à expropriação de largas parcelas de terra a baixo custo; (v) dependência destas dinâmicas de investimento e especulação da expectativa de altos fluxos futuros de rendimento proveniente do complexo mineral-energético, os quais ainda estão distantes no tempo (entre seis e dez anos no futuro); (vi) ligação especulativa e meramente pecuniária entre capital nacional e multinacional por via de diferentes formas de porosidade da economia; (vii) grave crise macroeconómica, desencadeada pela formação e ruptura (explosão e implosão) de uma «bolha económica». Isto é, o ritmo e a sustentabilidade da expansão económica dependem das expectativas sobre o rendimento que deverá acontecer no futuro, e que será afectado pelo *lag* temporal para entrada em funcionamento dos empreendimentos, desenvolvimento da infra-estrutura, comportamento dos mercados internacionais e predisposição das autoridades nacionais de assumirem todos os riscos maiores, o que coloca a economia em rota de crise macroeconómica (Castel-Branco, 2014; Melina & Xiong, 2013).

Naturalmente, existe uma relação dialéctica entre dinâmicas e tendências de investimento produtivo e as estruturas produtivas, na medida em que entre as duas existe tensão e complementaridade, pois actuam umas sobre as outras, impondo limites, criando e indicando opções e gerando estímulos, e ambas formam parte de um todo. Neste sentido, como ficou estruturada e produção e as suas ligações fundamentais?

A Tabela 7 compara e contrasta as taxas de crescimento do PIB e dos seus principais sectores, entre 2005-2015, bem como revela em quanto é que os sectores cresceram mais ou menos do que o PIB. Dos oito sectores considerados, cinco cresceram mais depressa do que o PIB (ainda que residualmente, no caso da agricultura) e três cresceram mais lentamente. O crescimento agrícola é quase inteiramente devido à expansão de mercadorias primárias para exportação (madeira, tabaco, açúcar e bananas), enquanto a produção alimentar *per capita*, para abastecimento do mercado doméstico, decresceu, em média, cerca de -0,9% ao ano (-9% ao longo dos dez anos em análise). Excluindo alumínio e gás, o valor acrescentado industrial cresceu lentamente, apenas ligeiramente mais depressa do que a população. Como seria de esperar, a indústria extractiva e a sua logística foram as áreas de crescimento mais rápido. A Tabela 8 ilustra o grau de concentração da produção industrial, por ramo industrial, em quatro ou menos produtos, com baixo grau de processamento e complexidade produtiva, oferecendo, por isso, opções limitadas para transformação económica, nomeadamente para gerar emprego decente e de alta produtividade, diversificação, articulação e ligações produtivas e desenvolvimento científico e tecnológico da produção.¹⁷

¹⁷ Para uma análise mais detalhada, com contexto histórico, das estruturas produtivas e comerciais que emergiram deste processo de afinamento e desarticulação, ver Castel-Branco (2002a, 2002b, 2003, 2010, 2016a) e Langa (2017).

TABELA 7: COMPARAÇÃO ENTRE TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB E DOS PRINCIPAIS SECTORES DA ECONOMIA, NO PERÍODO 2005-2015

	PIB	INDÚSTRIA EXTRACTIVA	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	CONSTRUÇÃO	SERVIÇOS FINANCEIROS	AGRICULTURA E FLORESTAS	ENERGIA	ÁGUA	INDÚSTRIA
Taxa de crescimento real média anual no período 2005-2015 (em percentagem)	7,4%	21%	12%	11%	10%	8%	6%	6%	Incluindo alumínio e gás natural 4,3% Excluindo alumínio e gás natural 2,8%
Diferença em relação à taxa de crescimento real média anual do PIB (em pontos percentuais) ^(a)	-	13,6	4,6	3,6	2,6	0,6	-1,4	-1,4	-3,1
									-4,6

Fontes: BdM (1995-2015, 2017); INE (1995-2015, 2017); DNEAP (2010); GdM (2010, 2011, 2013)

Nota: (a) os valores deste indicador são calculados subtraindo a taxa de crescimento média anual do PIB à taxa de crescimento média anual do sector, $[\Delta S_j - \Delta P/B]$. Portanto, este indicador é representado em pontos percentuais, e não em percentagem de variação, que seria estimada com a fórmula $\left[\frac{\Delta S_j - \Delta P/B}{\Delta P/B} * 100 \right]$, em que S significa sector, e o símbolo Δ significa variação ou crescimento. Os valores da subtração são negativos quando a taxa de crescimento do valor acrescentado sectorial for inferior à do PIB.

TABELA 8: CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR SECTOR E POR PRINCIPAIS PRODUTOS, POR GRAUS DE CONCENTRAÇÃO EM QUATRO PRODUTOS OU MENOS POR SECTOR, E PESO DESSAS INDÚSTRIAS NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL TOTAL (2004-2014)

	GRAUS DE CONCENTRAÇÃO POR INDÚSTRIA E PRINCIPAIS PRODUTOS		
	Entre 70% e 79% (a)	Entre 80% e 89% (a)	90% ou mais (a)
Indústrias por grau de concentração em quatro ou menos produtos	Alimentar, bebidas e tabaco (farinhas, açúcar, cerveja e folha de tabaco) Têxteis, vestuário e produtos de pele (algodão descaroçado, fio de algodão, sacaria) Minerais não metálicos (cimento)	Metalomecânica (produtos metálicos simples para consumo doméstico) Química e derivados de petróleo (gás natural)	Metalurgia (alumínio)
Peso destas indústrias na produção industrial total (b)	17%	5%	68%

Fonte: Castel-Branco (2010: 38); INE (1990-2015)

Notas: (a) graus de concentração da actividade produtiva de várias indústrias em quatro ou menos produtos, ordenada por graus de concentração e com indicação dos produtos em que cada indústria está concentrada; (b) soma do peso das indústrias incluídas no grupo de grau de concentração na produção industrial total.

A Tabela 9 mostra outra dimensão das dinâmicas de afinilamento extractivo, nomeadamente a evolução do salário mínimo. O sector financeiro tem os salários mais altos e que crescem mais rapidamente, seguido do sector energético e da indústria mineira, enquanto o sector público e a agricultura, que podem gerar os bens e serviços básicos para consumo e para proteger o poder de compra dos trabalhadores, têm os salários mais baixos e que crescem mais lentamente. Coincidentemente, os sectores em que o salário mínimo é mais dinâmico (mais alto e em que cresce mais depressa) são mais intensivos em capital, enquanto o grosso da força de trabalho activa está empregada nos sectores com salário mínimo mais estático (mais baixo e em que cresce mais lentamente). A sectorização do salário mínimo exacerba a subordinação das estratégias de luta e negociação dos salários e das condições de trabalho às dinâmicas e ao circuito do capital e às estruturas materiais de produção, aumentando o poder do capital sobre o trabalho e limitando as opções de transformação económica, e põe o nível de vida dos trabalhadores dependente de factores, como a produtividade sectorial, sobre os quais têm pouca influência e que são definidos como reflexo das lutas e tensões entre capitais – por exemplo, a «maior produtividade» relativa do sector financeiro pode ser determinada pelo poder deste sector em fixar as taxas de juro, o que prejudica a «produtividade» dos outros sectores.¹⁸

As estruturas produtivas da economia são graficamente representadas e resumidas na Figura 3. Do centro para a periferia da figura, os arcos sucessivos mostram o papel determinante do núcleo extractivo da economia e das suas ligações adjacentes na construção das estruturas e dinâmicas dominantes de produção, finanças e acumulação. À medida que se afastam do centro e à medida que a tonalidade das cores esmorece, as ligações com o núcleo extractivo diminuem.

¹⁸ Para uma discussão dos processos e implicações políticas de fixação do salário mínimo e da transição do salário mínimo sectorial para um salário mínimo universal, ver a análise de Castel-Branco & Isaacs (2017) sobre a experiência sul-africana.

TABELA 9: SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E REAL POR SECTORES, EM METICAIS MENSAIS, TAXA DE CRESCIMENTO DESTES SALÁRIOS E ORDENAMENTO DOS SECTORES PELO NÍVEL DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E PELA SUA TAXA DE CRESCIMENTO

	Salário mínimo nominal em meticais mensais		Taxa de crescimento nominal acumulada (a)	Taxa de crescimento nominal (b)	Ordenamento pelo salário mínimo nominal (b)	Ordenamento pela taxa de crescimento (b)	Diferença entre os dois ordenamentos (c)	Salário mínimo real em meticais mensais (d)		Diferença entre o salário mínimo real e o nominal, em meticais mensais (2017)	Taxa de crescimento do salário mínimo real, média anual
	2010	2017						2010	2017		
Serviços financeiros	3483	10 400	199%	15%	1	1	0	3483	8011	-2389	11%
Electricidade, gás e água	2662	7386	178%	14%	2	2	0	2662	5697	-1689	10%
Mineração	2780	6963	151%	12%	3	3	0	2780	5143	-1820	8%
Indústria	2497	5965	139%	11%	4	4	0	2497	4245	-1720	7%
Serviços não financeiros	2996	5525	84%	8%	5	7	2	2996	4099	-1426	4%
Construção	2780	5436	96%	9%	6	6	0	2780	4106	-1330	5%
Pescas	2200	4615	110%	10%	7	5	-2	2200	3498	-1117	6%
Serviços e administração públicos	2890	3996	38%	4%	8	9	1	2890	3006	-990	1%
Agricultura	2005	3642	82%	8%	9	8	-1	2005	2639	-1003	4%

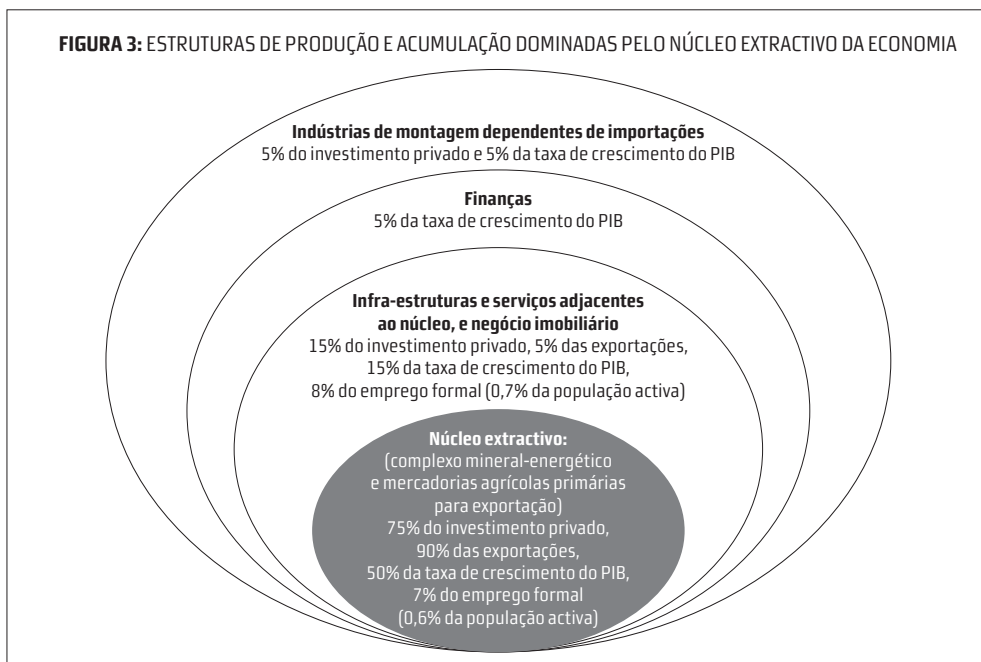
Notas: (a) taxa de crescimento acumulada ao longo do período 2010-2017; (b) ordenamento, por ordem decrescente, na lista de sectores;

(c) diferença entre os dois ordenamentos. Se o resultado for zero, os dois ordenamentos são iguais; se for negativo, o ordenamento pela taxa de crescimento é mais alto (ou superior) do que pelo nível do salário mínimo; se for positivo, o ordenamento pela taxa de crescimento do salário mínimo é mais baixo (ou inferior) ao do nível do salário mínimo; (d) salário real ajustado pela inflação dos bens alimentares, que capta melhor a variação do poder de compra, em especial para os grupos de rendimento mais baixo (Wuyts, 2011a, 2011b).

Fontes: INE (2017)

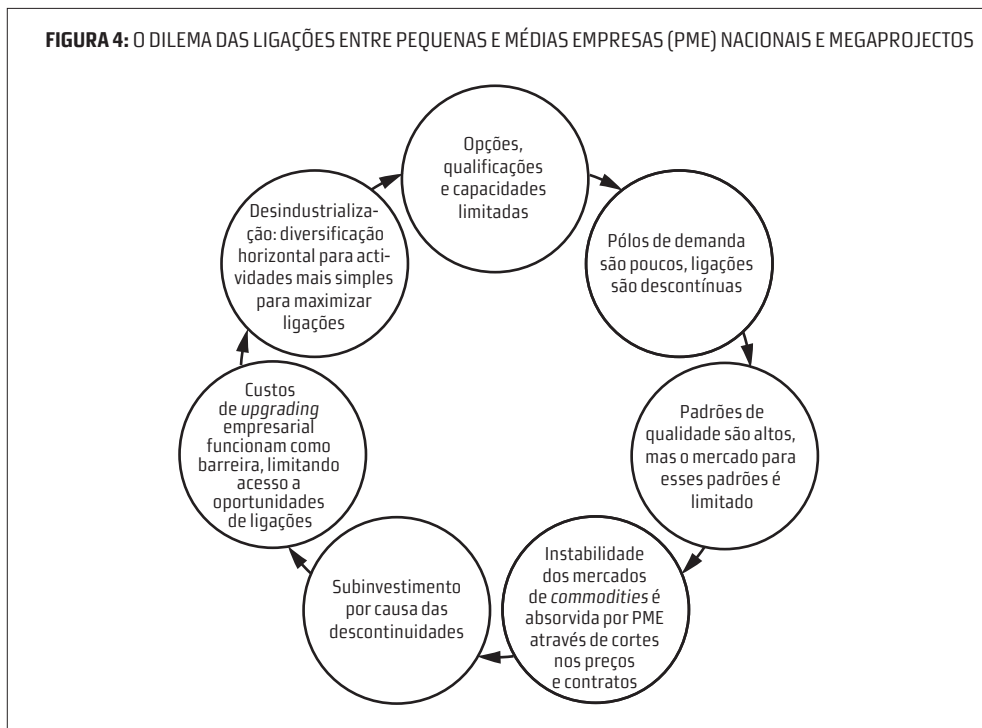
A figura mostra o peso do núcleo extractivo no investimento privado total, nas exportações totais e no contributo para o crescimento do PIB, embora seja residual no que diz respeito ao emprego. Os dois arcos, infra-estruturas e serviços adjacentes e negócio imobiliário, e finanças, são fortemente dependentes do núcleo extractivo, embora também tenham ligações, mais fracas, com o resto da economia. Finalmente, a indústria de montagem relaciona-se com o núcleo extractivo quase exclusivamente através da capacidade de importar (equipamentos, peças sobressalentes, matérias-primas, materiais auxiliares e combustíveis) criada pelas exportações do núcleo extractivo.

Apesar da tendência para o afunilamento do investimento e da produção, seria possível estimular a diversificação e industrialização da economia, usando a procura de bens e serviços das megaempresas como alavanca para ligações com as pequenas e médias empresas nacionais? Uma economia com tendência para se especializar num reduzido leque de actividades primárias, dinamizada por um pequeno número de grandes projectos como pólos de demanda, cria problemas e desafios específicos para o desenvolvimento de ligações, tanto a montante como a jusante (Castel-Branco, 2010, 2016a, 2016b; Castel-Branco & Goldin, 2003; Langa, 2013, 2015; Mandlate, 2015; Langa & Mandlate, 2013). Neste sentido, as tensões, contradições e os antagonismos associados com as ligações revelam informação importante sobre os padrões de acumulação e as suas estruturas e dinâmicas de instabilidade, reprodução e crise (Figura 4).



Os dilemas particulares das ligações em economia extractiva têm origem nas características dinâmicas estruturais da economia, e não apenas nas características específicas de cada empresa ou megaprojecto. A política pública poderia ajudar a aliviar alguns destes problemas. A minimização da porosidade económica (Castel-Branco, 2014) poderia mobilizar recursos adicionais para investir na construção de capacidades (infra-estruturas industriais, de certificação e de protecção ambiental, energia e água, sistemas de transportes, capacidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e formação profissional, e de pesquisa de mercados, etc.) que reduzissem o custo de investimento para todas as empresas e tornassem o sistema financeiro mais capaz e interessado em apoiar o desenvolvimento de uma base económica ampla. A informação sobre os megaprojectos que o Estado tem poderia ser usada para promover estratégias industriais específicas, ajudar as empresas a desenvolverem as suas estratégias de negócio e a garantir continuidades no investimento, modernização, produção e vendas com base numa escolha de actividades que maximizem complementaridades com base na informação sobre a procura. Os megaprojectos podem ser obrigados a revelar informação sobre as suas necessidades regulares de bens e serviços, de modo a fornecer uma base empírica para estratégia pública e planos de negócio das indústrias e firmas individuais a médio prazo. Estas acções não eliminariam a predominância de uma economia extractiva, mas poderiam ajudar a ampliar e a fortalecer ligações mais industrializantes e a diminuir a porosidade económica.

FIGURA 4: O DILEMA DAS LIGAÇÕES ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME) NACIONAIS E MEGAPROJECTOS



ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E REDUÇÃO DA POBREZA

Na primeira década e meia do século XXI, o PIB de Moçambique cresceu a uma média real anual de 7,4%, o que significa que o tamanho do PIB triplicou. A economia tornou-se um dos três principais destinos de investimento privado estrangeiro na África Subsaariana, tendo recebido cerca de 28 bilhões USD,¹⁹ acumulados ao longo de todo o período, em forma de investimento directo estrangeiro e empréstimos comerciais externos (Tabela 10). Apesar de o PIB se manter comparativamente pequeno e continuar na faixa das economias de baixo rendimento,²⁰ a sua taxa de crescimento foi não só comparativamente mais elevada (três vezes superior à média mundial, um terço superior à média da África a sul do Saara e alinhada com a média das economias emergentes) como permaneceu alta por um longo período, resistindo a duas crises financeiras internacionais. No entanto, a pobreza manteve-se alta, com 46,1% da população a viver com um rendimento abaixo da linha da pobreza, e foi apenas reduzida em 7,7 pontos percentuais em 15 anos (a uma taxa média anual de -0,8%). A elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento do PIB, isto é, a variação da pobreza por uma unidade de variação do PIB, foi muito baixa, -0,11, o que significa que para a pobreza reduzir 1% o PIB tem de crescer um pouco mais de 9% (o Gráfico 2 apresenta estes dados por censo populacional) (DNEAP, 2009, 2010; GdM, 2010, 2011, 2013; Sembene, 2015).

A Tabela 11 mostra os dados da pobreza com mais detalhe: o número de pobres aumentou em 2,1 milhões em 12 anos, entre o inquérito aos agregados familiares de 2012, IAF02, e o inquérito aos orçamentos familiares de 2014, IOF14 (ver, também, o Gráfico 2)²¹, sendo, em 2014, maior do que era em 1996, ano do primeiro censo da pobreza, o IAF96, em cerca de 700 mil pessoas. A taxa de redução da pobreza desacelerou significativamente entre o IAF96-IAF02 e os restantes censos, pelo que nos doze anos entre o IAF02 e o IOF14 o índice de pobreza diminuiu a uma taxa inferior a metade da taxa a que reduziu nos seis anos entre o IAF96 e o IAF02. Dado que a taxa de crescimento da economia não desacelerou, a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento do PIB diminuiu substancialmente nos 12 anos em análise – em 2002, o PIB tinha de crescer 2,6% para a pobreza diminuir por 1%, em 2008 este rácio aumentou para 23,8/1, e, em 2014, diminuiu para 4,6/1. Comparativamente, a elasticidade média da redução da pobreza relativamente ao crescimento do PIB na África Subsaariana, entre 2000-2012, foi de -0,3 (Sembene, 2015), o que significa que o crescimento económico em Moçambique teve, em média, um terço da eficácia média do da África Subsaariana a reduzir a pobreza.

¹⁹ Neste artigo, usamos a definição «um bilião = mil milhões»; «um trilião = mil biliões».

²⁰ Comparativamente, o PIB de Moçambique era semelhante ao da Namíbia (mas um décimo do seu PIB *per capita*), metade do PIB da Tanzânia (90% do seu PIB *per capita*), dois terços do PIB da Zâmbia (um terço do seu PIB *per capita*) e um oitavo do PIB de Angola (um décimo do seu PIB *per capita*).

²¹ O Governo moçambicano produziu quatro censos sobre a pobreza em Moçambique, entre 1996 (*baseline*) e 2014. Os censos foram produzidos a cada seis anos. Os dois primeiros, em 1996 e 2002, foram chamados «inquéritos aos agregados familiares», IAF96 e IAF02. Os dois últimos, produzidos em 2008 e 2014, foram chamados «inquéritos aos orçamentos familiares», IOF08 e IOF14.

Dadas as estruturas e dinâmicas de acumulação de capital descritas, nomeadamente a porosidade da economia, o afunilamento do investimento, da produção e do emprego, as dinâmicas salariais, a inflação mais alta dos preços dos produtos e bens de primeira necessidade, a baixa elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento da economia não é surpreendente. Ali & Muianga (2017) discutem esta questão em mais detalhe, olhando para as abordagens sobre emprego e a sua relação com as dinâmicas produtivas, e para as condições de produção nas plantações de açúcar, chá e florestas. No entanto, as estruturas e dinâmicas de acumulação de capital não são apenas, nem essencialmente, técnicas, pelo que as suas tensões e contradições não podem ser resolvidas com simples receitas técnicas sobre a composição sectorial da economia e escolhas tecnológicas intensivas em capital. A pobreza está ligada aos circuitos do capital e aos seus antagonismos e, por conseguinte, à natureza, ao estado e às dinâmicas da luta de classes.

TABELA 10: DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO 2000-2015

	PIB		IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	INVESTIMENTO EXTERNO (a)	POBREZA	
	Biliões de metais	Biliões de USD	Biliões de USD	Biliões de USD	Biliões de USD	Índice (% da população) (c)	Elasticidade da pobreza relativa ao crescimento do PIB (f)
Valor no final do período	425	15,5	5,2	3,4	28 (b)	46,1% (d)	-
Variação acumulada ao longo do período (%)	213% (o PIB cresceu 3,13 vezes)		658%	513%	-	-12,7% (e)	-0,07 (g)
Variação média anual (%)	7,4%		13%	12%	-	-0,8% (h)	-0,11 (h)

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); INE (2017, 2015)

Notas: (a) investimento externo inclui investimento directo estrangeiro (IDE) e empréstimos comerciais externos;

(b) este valor, 28 biliões USD, é o acumulado ao longo dos 16 anos do período 2000-2015;

(c) os últimos dados oficiais da pobreza referem-se ao inquérito aos orçamentos familiares de 2014 (IOF14), não a 2015;

(d) percentagem da população que vive com um rendimento abaixo da linha da pobreza;

(e) percentagem pela qual a pobreza reduziu entre o inquérito aos agregados familiares de 2002 (IAF02) e o inquérito aos orçamentos familiares de 2014 (IOF14). Este número é calculado como a taxa de variação, $\left[\frac{IOF14 - IAF02}{IAF02} * 100 \right]$, e não como simples diferença entre os dois inquéritos, que seria (IOF14-IAF02);

(f) a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento do PIB indica por quanto é que a pobreza reduz (sinal negativo) ou aumenta por cada unidade de crescimento do PIB, $\epsilon_{pobreza, PIB} = \left(\frac{\partial pobreza}{\partial PIB} \right)$, em que o sinal ∂ significa mudança (crescimento, redução) e t se refere a tempo. Se o resultado for -1 ou 1 indica que a variação da pobreza é exactamente proporcional à taxa de crescimento do PIB (directa ou inversamente). Se o resultado for menor do que -1 ou maior do que 1 indica que a pobreza varia mais do que proporcionalmente relativa à taxa de crescimento do PIB (por exemplo, por causa de uma mudança muito substancial na distribuição do rendimento real). Se o resultado for maior do que -1 e menor do que 0, ou maior do que 0 mas menor do que 1, significa que a pobreza varia por uma fracção inferior à variação da economia. Quanto mais próximo de 0, menor é a elasticidade da pobreza relativamente à taxa de crescimento do PIB;

(g) entre 2000-2014 (os últimos dados da pobreza são do IOF14), por cada 1% de crescimento do PIB, a pobreza reduziu por -0,07%;

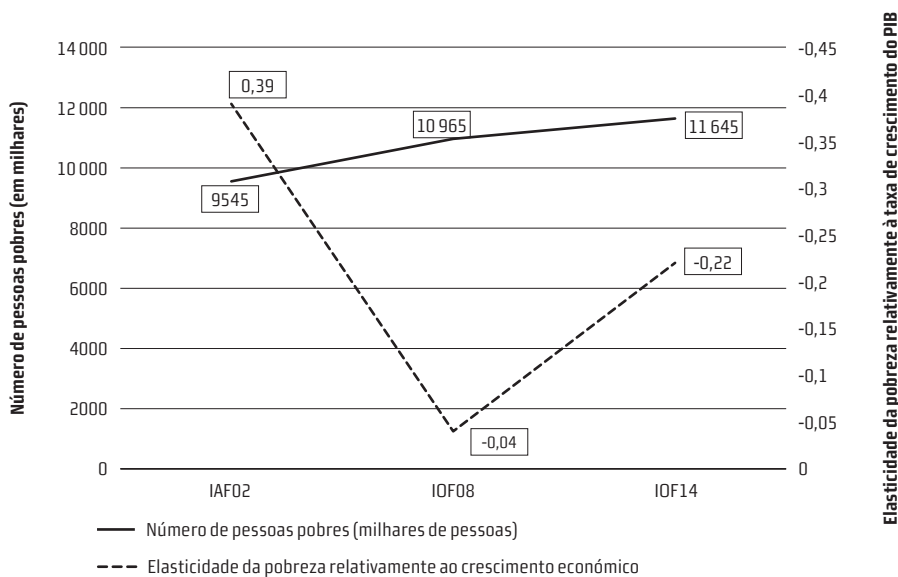
(h) no mesmo período, em média, por ano, a taxa de variação da pobreza foi de -0,8%, a do crescimento do PIB 7,4%, pelo que a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento económico foi de -0,11, isto é, para a pobreza baixar 1% seria necessário o PIB crescer a 9% ao ano.

TABELA 11: POBREZA, CRESCIMENTO ECONÓMICO E ELASTICIDADE DA POBREZA RELATIVAMENTE AO CRESCIMENTO ECONÓMICO, ENTRE O IAF02 (2002) E O IOF14 (2014)

	IAF02	IOF08	IOF14
População com rendimento abaixo da linha da pobreza (em milhares de pessoas)	9 545	10 965	11 645
População total com rendimento abaixo da linha da pobreza (em %)	52,8	51,7	46,1
Variação acumulada do índice da pobreza entre dois censos (em %)	-16,9	-1,1	-6,6
Taxa de variação acumulada do índice de pobreza entre dois censos (em %)	-24,2	-2,1	-10,8
Taxa de crescimento económico acumulada entre dois censos (em %)	62	50	50
Elasticidade da pobreza relativamente à taxa de crescimento económico	-0,39	-0,04	-0,22
Taxa de crescimento do PIB requerida para a pobreza reduzir 1% (em %)	2,6	23,8	4,6

Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); INE (2017, 2015)

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE POBRES (EM MILHARES DE PESSOAS) E DA ELASTICIDADE DA POBREZA RELATIVAMENTE AO CRESCIMENTO ECONÓMICO, ENTRE O IAF02 E O IOF14



Fontes: BdM (2017); Banco Mundial (2017); INE (2017, 2015)

SISTEMA FINANCEIRO

O sector financeiro colecta, guarda e redistribui poupanças e, ao fazê-lo, adapta-se às condições de acumulação de capital, mas também ajusta essas condições aos seus interesses. Este sector é parte do sistema de acumulação de capital, pelo que a sua actividade é tão movida pelo lucro como a de qualquer outro sector na economia capitalista, tem tanto interesse como qualquer outro sector na retenção do máximo possível do lucro, pois disso depende a sua sobrevivência no quadro mais geral da competição capitalista. Neste processo, economias de escala são im-

portantes para reduzir custos, aumentar o poder sobre o mercado e aprofundar a ligação com outros negócios e corporações, pelo que o sector também tende para a concentração (empresas financeiras maiores) e centralização (mais capital, mais actividades e mais empresas sob o mesmo controlo). Por isso, o sector financeiro também é uma oportunidade e uma área para investimento e expansão do capital e, sob condições adequadas, pode tornar-se dominante no circuito de acumulação de capital, tanto pelo facto de o capitalismo depender de crédito como pelo poder que adquire através do seu papel e das suas decisões sobre mobilização e alocação de dinheiro, transformação de dinheiro em capital, extracção da «sua» parte da mais-valia antes mesmo de esta ser realizada e pela transformação de activos reais e de dívida em novos activos financeiros com retornos especulativos (Fine & Saad-Filho, 2016; Castel-Branco, 2017b).

Além disso, o sector financeiro é particularmente sensível à natureza e coerência das dinâmicas e políticas macroeconómicas, no que diz respeito tanto à coordenação entre elas (por exemplo, à coerência entre políticas monetária e fiscal), como à coordenação entre objectivos ao longo do tempo (por exemplo, entre controlo da inflação e expansão económica), como, ainda, à relevância e realismo de políticas macroeconómicas face às condições macroeconómicas objectivas (por exemplo, entre políticas que promovam expansão monetária e as oportunidades reais de investimento produtivo num ambiente de tendência inflacionária). Portanto, o sector financeiro não só liga as diferentes partes da economia como permeia todas as suas esferas e reflecte, alimenta e é parte das suas contradições e tensões (*ibidem*).

Há duas «queixas» que dominam o debate na economia moçambicana sobre o sector financeiro, nomeadamente a deficiente cobertura territorial e a limitada relevância das instituições financeiras formais, e o custo do dinheiro e aparente desinteresse do sector financeiro na pequena e média empresa. Esta secção discute estas questões dentro do quadro mais geral de acumulação de capital em Moçambique, em vez de as tratar como elementos particulares do sector financeiro independentes das dinâmicas e estruturas de acumulação. A discussão centra-se em torno de quatro questões, nomeadamente as estruturas do sector financeiro, a expansão da cobertura territorial e das transacções, ou bancarização, a bolsa de valores e a resposta desigual do sector bancário comercial às políticas monetárias, quando estas são expansionistas ou de controlo da inflação.

ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO

O sistema financeiro formal moçambicano é dominado por bancos comerciais, que são responsáveis por 90% do crédito e dos depósitos, contra apenas 6% da bolsa de valores e 4% de outras pequenas instituições de crédito, como, por exemplo, cooperativas. Este sector tem fortes características oligopolistas: 17% dos bancos comerciais detêm 80% dos balcões e são responsáveis por 77% do crédito e 79% dos depósitos do sistema. Os dois maiores bancos, Millennium BIM e BCI, ambos dominados por accionistas da banca comercial portuguesa, são

aqueles através dos quais o Estado realiza as suas operações financeiras, e controlam 53% dos balcões, 62% dos depósitos e 72% do crédito à economia. Além de representar uma pequena fracção das operações financeiras comerciais, a estrutura comercial da bolsa de valores de Moçambique (BVM) é dominada por transacções de títulos de dívida pública (80% das suas operações) e de acções de um pequeno número de grandes empresas (como a Cervejas de Moçambique e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos) (Castel-Branco & Massarongo, 2015). A banca comercial nacional é dominada por capital financeiro estrangeiro, ao ponto de 70% das acções dos quatro maiores bancos comerciais domésticos serem de bancos portugueses e sul-africanos (Castel-Branco & Massarongo, 2015). A banca é, também, uma área prioritária de investimento do capital doméstico: o MozaBank (em fase de resgate e reestruturação) e o Nosso Banco (falido e em fase de liquidação) são os principais exemplos de bancos formados com presença dominante de capital doméstico. Este capital também investe em acções noutros bancos, como é o caso do BCI, segundo maior banco do País (que expandiu enquanto esteve ligado a uma *holding* financeira e de serviços, INSITEC, associada com as principais elites políticas e económicas do País), e outros. Dado que os bancos são as empresas mais lucrativas do País (Massarongo, 2013), não é surpreendente que lucros e rendas sejam aplicados em investimentos na banca, nem que o investimento na banca opere como mecanismo de rápida reprodução de capital financeiro para eventual aplicação em outras áreas, prioritariamente no ou em torno do núcleo extractivo da economia (Castel-Branco, 2010, 2014).

No que diz respeito à cobertura territorial, 47% dos balcões dos bancos localizam-se na cidade e na província de Maputo, que representam 5% do território e 12% da população do País, têm um rendimento *per capita* três vezes mais alto do que a média nacional, uma taxa de redução da pobreza duas vezes mais rápida do que a média nacional, uma percentagem de população pobre que é um terço da média nacional, mas têm um nível de desigualdade na distribuição do rendimento que é significativamente superior à média nacional. Em contrapartida, 40% dos distritos do País não têm qualquer instituição financeira formal (INE, 2015, BdM, 1995-2015; Castel-Branco & Massarongo, 2015).

O sistema bancário doméstico conta com pouco mais de cento e vinte mil depositantes e outros tantos mutuários (numa população de 26 milhões de habitantes), e financia apenas 32% de todos os créditos bancários à economia e 18% de todo o investimento privado na economia (INE, 2015; BdM, 1995-2015, 2017; JICA, 2011; Banco Mundial, 2017; CPI, s.d; Massingue & Muianga, 2013).

EXPANSÃO DA COBERTURA DO SISTEMA FINANCEIRO

A bancarização, como é conhecida a estratégia, recente, do Governo e do Banco de Moçambique para expansão dos serviços financeiros, é definida como expansão da cobertura bancária do território e da relevância do sistema bancário nas transacções financeiras e comerciais.

Associada ao interesse dos bancos nas oportunidades de negócio em expansão (no núcleo extractivo da economia, na rede de serviços e infra-estruturas que o rodeia, no negócio imobiliário, no consumo de bens duráveis e na especulação com a dívida pública e privada), a estratégia de bancarização contribuiu para que o sistema bancário crescesse a uma média anual de 10% (cerca de três pontos percentuais acima da taxa média anual de crescimento do PIB), ao longo da última década. Apesar desta expansão, 40% do território nacional continua por cobrir e a distribuição dos balcões bancários está distorcida a favor de Maputo, como foi mencionado na secção anterior (BdM, 1995-2015; INE, 1995-2015; Castel-Branco & Massarongo, 2015; Massarongo, 2016).

A estratégia de expansão financeira também tem em vista o aumento da relevância do sistema financeiro doméstico para a expansão da base produtiva, através da disponibilização de capital, a baixo custo, para financiamento de operações económicas. O número de depositantes e de mutuários permanece muito pequeno. Além disso, os depósitos a prazo, 1,9 biliões USD (Tabela 12) são limitados para as aspirações da economia moçambicana, sendo, a título comparativo, equivalentes a um terço das importações anuais da economia, ao custo de construção da fundição de alumínio, Mozal, ou a metade do investimento privado realizado em 2015. Portanto, a capacidade doméstica do sistema financeiro é pequena para o tipo de estratégia económica extractiva que tem sido seguida, o que é consistente com o nível de rendimento, com os padrões de distribuição, com as estruturas produtivas afuniladas e com a distribuição desigual das capacidades produtivas na economia. Portanto, a base financeira formal da economia não vai expandir apenas por vontade política e independentemente das estruturas de produção, distribuição e consumo.

TABELA 12: DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO COMERCIAL DOMÉSTICO (EM BILIÕES DE METICAIS) E A SUA CONVERSÃO PARA USD (EM BILIÕES DE USD), EM FEVEREIRO DE 2017

	Em moeda nacional (em biliões de meticaís) (4)	Conversão em USD (em biliões de USD) (5)	Em moeda externa (em biliões de meticaís) (6)	Conversão em USD (em biliões de USD) (7)	Total (8) = (4)+(6) (em biliões de meticaís)	Conversão em USD (em biliões de USD) (9)
Depósitos à ordem (1)	116	1,7	87	1,3	203	3
Depósitos a prazo (2)	100	1,5	26	0,4	126	1,9
Total (3) = (1) + (2)	216	3,2	113	1,7	329	4,9
(1) como % de (3)	54%	-	77%	-	62%	-
(2) como % de (3)	46%	-	23%	-	38%	-

Fonte: BdM (2017)

TABELA 13: RELAÇÃO ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PRODUTIVAS DOMÉSTICAS (INDUSTRIAS, AGRÍCOLAS E DE CONSTRUÇÃO) E A BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA (MÉDIA DE TRÊS AMOSTRAS, EM 1999, 2004 E 2009)

	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DE EMPRESAS NA AMOSTRA	USO DO CRÉDITO BANCÁRIO (EM PERCENTAGEM DO TOTAL DE EMPRESAS COM CRÉDITO BANCÁRIO)		RAZÕES DE NÃO TER CRÉDITO BANCÁRIO (EM PERCENTAGEM DO TOTAL DE EMPRESAS SEM CRÉDITO BANCÁRIO)		RAZÕES DE NÃO TER CRÉDITO BANCÁRIO (EM PERCENTAGEM DAS EMPRESAS QUE NUNCA PEDIRAM CRÉDITO BANCÁRIO)				
		Expansão ou reabilitação ou inovação	Operações comerciais correntes	Pediu mas foi rejeitado	Nunca pediu	Falta de colateral	Outros diversos	Não precisa	Pensa que vai ser rejeitado por falta de colateral	Altas taxas de juro
Empresas com crédito bancário, das quais	35% (a)	18%	82%	-	-	-	-	-	-	-
5-50 trabalhadores	21%	6%	94%	-	-	-	-	-	-	-
51-100 trabalhadores	38%	20%	80%	-	-	-	-	-	-	-
> 100 trabalhadores	50%	22%	78%	-	-	-	-	-	-	-
Empresas sem crédito bancário	65%	-	-	12%	88%	78%	22%	14%	12%	74%

Fontes: Biggs, Nasir & Fisman (1999); BdM (1995-2015; 2017); Castel-Branco (2002a, 2010); KPMG (1999, 2000-2016)

Notas: (a) cerca de 50% destas empresas utilizam, em conjunto com crédito bancário, outras formas de financiamento, como crédito comercial dado por clientes ou fornecedores e transferências financeiras de empresas-mãe ou associadas, para reduzir os custos financeiros totais; (b) 7,5% destas empresas recebem alguma forma de crédito de uma empresa-mãe ou associada, ou crédito de fornecedores e clientes. As restantes 2,5% argumentam que o baixo nível de utilização da capacidade instalada não justifica pedidos de crédito; (c) dois terços destas empresas declararam que negociam créditos com fornecedores ou clientes, ou com empresas associadas. As restantes não indicaram nenhuma forma de financiamento para além dos seus próprios rendimentos.

A dimensão física e financeira do sistema bancário comercial, bem como a sua relevância económica, são afectadas por políticas públicas, mas também, e sobretudo, pela forma como os bancos se ajustam às condições económicas e as modificam ou reforçam a seu favor, tomando em conta os seus interesses e as estruturas concretas de acumulação de que fazem parte. A Tabela 13 mostra a relação entre pequenas e médias empresas (PME) produtivas domésticas (indústria, agricultura e de construção) e a banca comercial nacional. A percentagem de empresas que utilizam crédito de fornecedores ou de clientes, ou transferências financeiras de empresas-mãe ou associadas (39%) excede a percentagem de empresas que recorrem a crédito bancário (35%), sendo que a razão dominante para não recorrer à banca comercial é o custo do dinheiro. Entre as empresas maiores, com mais de cem trabalhadores, o acesso à banca é mais frequente, 50% das empresas, do que a média para toda a amostra, 35%, mas continua limitado. Mesmo neste grupo de empresas, metade diz que, como alternativa ao sistema bancário, utiliza crédito de fornecedores e clientes ou financiamento de empresas-mãe ou associadas. Cerca de 50% das empresas com acesso a crédito bancário também usam essas outras formas de financiamento, para reduzir o custo total do seu financiamento. Finalmente, a proporção do crédito que vai para investimento (expansão, reabilitação ou inovação) é bastante pequena, indicando que ou as empresas recorrem a outros meios de financiamento do seu investimento ou, o que é mais provável, fazem pouco investimento, reforçando padrões de baixa produtividade e qualidade, limitando as oportunidades para concretizar ligações e para criar ou tirar proveito de novas oportunidades no mercado. Portanto, o universo das PME produtivas nacionais não é o foco prioritário da banca, nem estas empresas têm na banca o seu principal parceiro financeiro.

A Tabela 14 revela que o peso relativo do sector produtivo (indústria, agricultura, habitação e turismo, construção, transportes e comunicações e diversos) e do comércio na alocação de crédito da banca comercial doméstica diminuiu continuamente entre 2010-2014, tendo o sector produtivo acumulado uma taxa de variação de -12%, e o comércio de -31%. A construção foi a única componente do sector produtivo a crescer continuamente ao longo do período, acumulando uma taxa de crescimento de cerca de 50%, o que é consistente com o enfoque do sector bancário comercial doméstico nos grandes projectos do IDE, nas infra-estruturas adjacentes ao núcleo extractivo da economia e na bolha imobiliária da primeira década e meia do século XXI. Por seu lado, o consumo particular de bens duráveis (como habitações e viaturas) foi a componente do crédito bancário que mais cresceu no período, 24%, enquanto o negócio dos títulos do Governo, que se tornou no mais importante item individual de actividade bancária (Gráfico 6), marcando as tendências de financeirização da economia, cresceu cumulativamente 23%, ao longo dos cinco anos em análise. Os Gráficos 3 e 4 ilustram e comparam esta informação e confirmam que os padrões das transacções bancárias seguem os padrões e estruturas gerais de acumulação, nomeadamente no que diz respeito ao investimen-

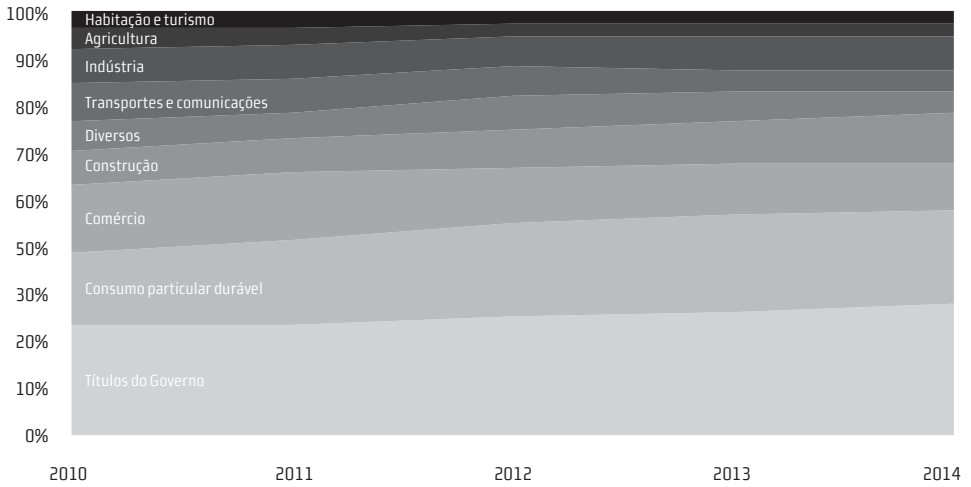
TABELA 14: PESO RELATIVO DOS GRANDES SECTORES E ACTIVIDADES NA ALOCAÇÃO DO CRÉDITO E TRANSAÇÕES FINANCEIRAS DOS BANCOS COMERCIAIS DOMÉSTICOS (EM PORCENTAGEM DO PORTEFÓLIO TOTAL DA BANCA COMERCIAL), E TAXA DE VARIÇÃO DO PESO RELATIVO DE CADA SECTOR NESSE PORTEFÓLIO (EM %), 2010-2014

	SECTOR PRODUTIVO (a)			COMÉRCIO			CONSUMO PARTICULAR DE BENS DURÁVEIS			TÍTULOS DO GOVERNO		
	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (%)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (em %)	Taxa de variação do peso no portefólio total (%)	Peso no portefólio total (%)	
2010	41	-	16	17	-	17	-	26	26	-	-	
2011	38	-7	16	20	0	20	18	26	26	0	0	
2012	37	-3	13	22	-19	22	10	28	28	8	8	
2013	36	-3	12	23	-8	23	5	29	29	4	4	
2014	36	0	11	21	-8	21	9	32	32	10	10	
Média do período	38	-	14	21	-	21	-	28	28	-	-	
Acumulado no período	-	-12	-	-	-31	-	24	-	-	23	23	

Fonte: BdM (1995-2015)

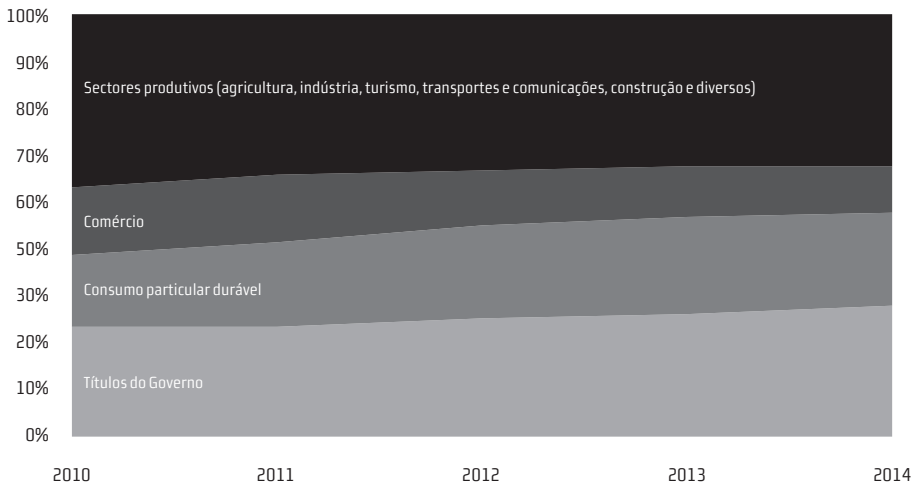
Nota: (a) o sector produtivo inclui a indústria, a agricultura, a habitação e o turismo, os transportes e comunicações, a construção e diversos.

GRÁFICO 3: PORTEFÓLIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E COMPRA DE ACTIVOS FINANCEIROS DA BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA, POR SECTOR (EM % DO PORTEFÓLIO TOTAL)



Fonte: BdM (1995-2015)

GRÁFICO 4: CRÉDITO E AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS PELA BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA, POR GRANDES ÁREAS (EM % DO PORTEFÓLIO TOTAL)



Fonte: BdM (1995-2015)

to, à financeirização da economia, à relevância da dívida pública no processo de acumulação privada de capital, à distribuição do rendimento e ao seu impacto nos padrões dominantes de consumo.

Os padrões de alocação de crédito e das transacções financeiras da banca comercial doméstica são consistentes com uma economia extractiva e, portanto, revelam padrões de produção, investimento e comércio que não são favoráveis ao desenvolvimento do mercado interno como motor do crescimento, diversificação, alargamento e transformação da economia. Aliás, além de mostrarem a contracção do peso do comércio e da produção em geral no crédito bancário, os dados da Tabela 14 e dos Gráficos 3 e 4 revelam o aumento rápido do peso do consumo de bens duráveis, que, na economia moçambicana, depende de importações e concentrado nos grupos sociais mais privilegiados, que, no conjunto, representam um mercado demasiado pequeno para promover crescimento e transformação económica endógenos. Assim, o sistema financeiro não só está a ajustar-se às dinâmicas e estruturas de acumulação mais gerais da economia como está a consolidá-las, a reproduzi-las e a usá-las a seu favor.

Portanto, embora tenha ocorrido uma certa expansão da cobertura territorial da banca, a sua capacidade de fazer face a desafios da diversificação da base produtiva tem sido muito mais limitada. Em parte, esta limitação deve-se à reduzida escala dos recursos disponíveis, como o demonstram os dados da Tabela 12. Todavia, o problema é mais estrutural e complexo do que esse.

Stiglitz & Weiss (1981) e Sing (1992) consideram que informação incompleta e assimétrica entre credores e mutuários pode explicar a relutância da banca comercial em envolver-se em novos projectos com empresas produtivas. Biggs, Nasir & Fisman (1999) aplicam essa análise ao caso moçambicano, e argumentam que taxas de juro altas, preferência pelo curto prazo e exigências excessivas de colateral são usadas pelo sistema financeiro para pôr um preço no risco e compensar pela imperfeição da informação. Eles identificam quatro causas principais da imperfeição da informação. Primeira, o sector produtivo não está preparado para receber crédito porque os empresários são inexperientes, a gestão é deficiente, as firmas não estão suficientemente testadas e a maioria não tem planos e estratégias de negócio adequados. Segunda, o sistema de contabilidade é débil e fálvel, de tal modo que a informação sobre a contabilidade das firmas e as suas finanças ou não existe ou é muito deficiente. Terceira, os bancos ainda não têm sistemas que permitam partilhar informação confiável sobre os mutuários. Quarta, os custos de fazer cumprir os contratos são elevados porque as instituições e o sistema de justiça não são adequados. Portanto, as falhas de informação surgem da ausência ou falibilidade da informação e das instituições e dos custos de fazer cumprir as regras.

A análise baseada na imperfeição da informação é excessivamente simplista. Isso não quer dizer que os problemas indicados não possam existir e ser importantes, e que não tenham de

ser corrigidos.²² Porém, esta abordagem ignora algumas outras questões fundamentais e mais importantes do que as falhas de informação para explicar os limites do sistema financeiro em Moçambique.

Primeiro, políticas e alvos macroeconómicos formatam as possibilidades e os parâmetros de actuação do sistema financeiro. Por exemplo, a aplicação de políticas monetárias restritivas limita as possibilidades e opções de financiamento da economia, do mesmo modo que o financiamento do défice orçamental e da dívida pública por via da venda de títulos de dívida restringe a disponibilidade de capital e aumenta o seu custo. Portanto, as restrições de crédito podem ser o resultado directo de opções de política monetária e fiscal. Ademais, se as políticas monetária e fiscal restringirem o crédito, as preferências dos bancos comerciais pelo curto prazo e pelas mais altas taxas de retorno do investimento vão ser exacerbadas, mesmo que tenham de limitar o crédito às PME produtivas para o alocar a actividades especulativas com retornos altos e, se forem garantidas pelo Estado, com retornos seguros.

Segundo, o argumento das falhas de informação não toma em consideração questões de poder e interesses de classe ou de facção dos grupos financeiros. Por exemplo, os bancos podem estar mais interessados em aumentar o seu poder sobre o mercado e, portanto, em expandir a sua infra-estrutura e as suas ligações com os sectores da economia que estejam em expansão rápida e que pareçam ser mais rentáveis e mais seguros a longo prazo, como, por exemplo, os grandes projectos de IDE e as infra-estruturas adjacentes (que são garantidos pelo Estado e pelo envolvimento do grande capital multinacional com poder de mercado), os títulos de dívida pública e a gestão das transacções financeiras do Estado. Em períodos de crise e ajustamento, os bancos com mais poder de mercado e mais bem colocados no que diz respeito aos grandes projectos da economia são os que têm mais opções de sobrevivência e, até, de expansão, à custa de outros bancos, mais pequenos, que podem desaparecer.

O poder sobre o mercado financeiro, associado à sua estrutura oligopolista, cria a oportunidade e a capacidade de os bancos manterem *spreads* elevados e, portanto, altas taxas de lucro, exacerbando as tendências especulativas que resultam do quadro e das políticas macroeconómicas. Os relatórios de contas dos quatro bancos principais, em 2012, mostram que as suas margens financeiras cresceram a uma média anual de 60%, muito acima do que seria possível na actividade real da economia, tornando estes bancos nas empresas mais lucrativas do País (Massarongo, 2013, 2016).

Terceiro, o interesse e o envolvimento dos bancos comerciais no desenvolvimento produtivo industrial e agrícola alargado e diversificado depende da disponibilidade de recursos para crédito (o que, em grande medida, depende do quadro e das políticas macroeconómicas), mas, sobretudo, depende do quadro estratégico que afecta a viabilidade dos projectos, permite ajus-

²² O estudo de Biggs, Nasir e Fisman é de 1999 e, nos dezasseis anos que se seguiram, alguns dos problemas mencionados foram resolvidos ou minimizados.

tamentos quando tal for necessário, toma em consideração as condições dos mercados reais e tem um horizonte de longo prazo. Este quadro estratégico é determinado pelo quadro e pelas políticas macroeconómicas, pelas estratégias e políticas industriais, pelas instituições e condições dos mercados e pela organização empresarial e laboral. Investidores industriais e bancos são relutantes em assumir os riscos e os custos associados ao deficiente quadro estratégico de promoção do alargamento e diversificação da base produtiva. A simples reabilitação de equipamento, tecnologicamente obsoleto e gasto, não atrai bancos comerciais se as firmas não tiverem e não fizerem parte de um quadro estratégico de inovação, modernização e industrialização que reduza riscos e os custos e maximize as probabilidades de sucesso. A inovação e modernização dependem das capacidades e estratégias das firmas e disponibilidade de finanças a baixo custo, e estas condições são fortemente associadas ao exercício de poder no mercado ou a estratégias industriais. Perante a ausência de estratégias industriais adequadas para diversificação e alargamento da base produtiva, os bancos comerciais optam pelos projectos de firmas com poder relevante sobre mercados importantes, o que pode explicar a sua preferência pelos grandes projectos financiados por IDE, pelos projectos adjacentes ao núcleo extractivo da economia, pela dívida pública e pela rápida expansão da procura de bens duráveis e imóveis pelas classes capitalistas e médias altas de gestão.

Esta análise sugere que resolver os problemas descritos como falhas de informação (assimetrias e informação incompleta) – o que, claramente, deve ser feito – ou construir novas instituições financeiras não é a forma de enfrentar e resolver os problemas fundamentais que afectam o sistema financeiro, pois estes não são primariamente causados por informação imperfeita e falta de instituições. O problema central situa-se no modo e nas estruturas de acumulação e em como estas formatam as opções, oportunidades e interesses do sector financeiro, e como este tira disso proveito. A relação simbiótica entre o sector financeiro e as estruturas de acumulação chama a atenção para dois assuntos relacionados. Por um lado, as características e a natureza da expansão do sector financeiro são produto da combinação entre estruturas (ou pressões) económicas e interesses (ou agentes) sociais que se formam em relação com essas estruturas e as suas tensões e conflitos. Por outro lado, políticas e estratégias destinadas ao sector financeiro só fazem sentido se forem integradas no contexto mais geral do desenvolvimento socioeconómico. O desenvolvimento financeiro da economia não é uma questão do sector financeiro, mas da transformação das dinâmicas de acumulação como um todo.

BOLSA DE VALORES COMO ALTERNATIVA?

O desenvolvimento da bolsa de valores foi apontado como um mecanismo viável para mobilizar financiamento para as pequenas e médias empresas, assumindo que o sistema financeiro opera eficientemente se for servido e regulado por instituições e regras adequadas. De acordo com a KPMG (1999), a bolsa de valores tem uma série de vantagens sobre o sistema bancário:

cria novas oportunidades de aplicação de capitais para os que tenham poupanças, garante acesso a finanças a baixo custo, assegura que os riscos sejam partilhados entre accionistas e fornece quantidades adequadas e necessárias de capitais próprios. Ademais, o risco de as firmas poderem ser compradas e reestruturadas por competidores aumenta o seu incentivo para se tornarem lucrativas e, por essa via, aumentarem a quantidade de excedente, controlado pelo capital, para financiar a economia.

Existem alguns problemas teóricos e práticos com estes argumentos, que são fundamentais para a análise do papel da bolsa de valores. Em termos mais gerais, Singh (1992) argumenta que as bolsas de valores aumentam a vulnerabilidade, a volatilidade e a instabilidade das economias menos desenvolvidas, expondo-as a dinâmicas especulativas e choques externos, que podem ser transformados em flutuações significativas, de curto prazo, da entrada e saída de capital especulativo, que desestabiliza a economia. Aybar & Lapavitsas (2001) e Itoh & Lapavitsas (1999) argumentam que a aquisição e a reestruturação corporativa por competidores não dependem da lucratividade da firma a ser adquirida, mas estão fortemente relacionadas com o seu tamanho, o seu controlo do mercado, a tecnologia de que dispõem e que podem tornar disponível, a marca e a sua reputação, e a rede de fornecedores e clientes. Portanto, as bolsas de valores podem destabilizar a economia, provocar escassez de capital e exacerbar tendências especulativas, ao mesmo tempo que é duvidoso que operem como mecanismo de incentivo ao aumento da rentabilidade das empresas, mesmo que procurem alcançar as mais altas taxas de retorno nas aplicações de capitais (que podem ser conseguidas através da especulação financeira em vez da eficiência empresarial).

No caso específico da bolsa de valores em Moçambique, há algumas questões teóricas e práticas adicionais a considerar. Primeira, a bolsa de valores não muda, necessariamente, as dinâmicas internas do sistema financeiro, que são formatadas pelas políticas e pelo quadro macroeconómicos, pelo quadro e pelas estratégias de investimento, pela estrutura corporativa e pelos interesses do sector financeiro, pela interacção do sistema financeiro com as dinâmicas e estruturas mais gerais de acumulação, e pela dependência da economia em relação a fluxos externos de capital. Logo, é lógico e previsível que a bolsa de valores seja dominada pelas transacções de títulos de dívida do Governo (80% das transacções da bolsa), e que apenas um pequeno grupo de grandes empresas (estrangeiras e públicas) esteja cotado na bolsa (Castel-Branco & Massarongo, 2015; Massarongo, 2016). Esta estrutura de transacções é consistente com o padrão de acumulação e contribui para realocar recursos financeiros para financiar o défice fiscal, o negócio especulativo da dívida pública e grandes empresas, em vez de criar e mobilizar recursos para alargar e diversificar a base produtiva, o comércio e o emprego.

Segunda, uma das causas principais da dependência da economia em relação a fluxos externos de capitais é o baixo nível de poupança das firmas e das famílias, o que resulta em que a totalidade dos recursos financeiros em contas a prazo no sistema bancário doméstico seja

insuficiente para financiar um dos megaprojectos, quanto mais toda a economia. Portanto, a quantidade de recursos mobilizável é pequena e, dadas as opções de aplicação e as diferenças de segurança e de rentabilidade relativa entre aplicações, é provável que tais poupanças sejam canalizadas para o negócio da dívida pública e para o refinanciamento de um pequeno grupo de grandes empresas.

Terceira, os maiores comerciantes e cambistas controlam uma parte considerável do circuito do dinheiro e da liquidez, mas as suas aplicações de capital tendem a ser especulativas. Para que a bolsa de valores possa atrair dinheiro que circula no mercado especulativo, terá de poder aplicá-lo em actividades que rendam retornos próximos dos especulativos, acima dos da indústria e da agricultura.

Portanto, a bolsa de valores, em si, não é uma alternativa substancial e credível para a mobilização e aplicação de dinheiro na diversificação e no alargamento da base produtiva. Pelo contrário, o seu funcionamento lógico parece ser mais consistente com o reforço e a reprodução dos padrões extractivos de acumulação de capital do que com a transformação da economia.

PORQUE É QUE A INTERVENÇÃO EXPANSIONISTA DO BANCO CENTRAL NÃO TEM SIDO EFICAZ?

Para atingir objectivos de expansão do crédito à economia, o Banco de Moçambique começou a reduzir as taxas de referência (ou directoras) a partir de 2011, de modo a encorajar e a viabilizar a redução das taxas de juro dos bancos comerciais. No entanto, a redução das taxas de referência pelo banco central foi oito vezes mais rápida do que a das taxas de juro comerciais (que, em termos reais, se mantiveram próximas dos 14%). Porque é que a resposta dos bancos comerciais foi tão pequena e tão tardia? Este assunto é analisado em Massarongo (2013, 2015, 2016) e Castel-Branco & Massarongo (2015).

Primeiro, existem inconsistências na política monetária (objectivos, sequências e instrumentos) e entre política monetária e fiscal. Para fazer face ao impacto da inflação importada, em especial de produtos alimentares, derivada da combinação do aumento da dependência de importações (criada pela quebra da produção alimentar *per capita* para o mercado doméstico) com a crise internacional de alimentos, o banco central adoptou uma política monetária dual em 2010 e 2011. Por um lado, injectou moeda externa na economia, no total de cerca de 1,4 biliões USD nos dois anos, para valorizar a moeda nacional e amortecer parte da inflação importada. Por outro lado, restringiu a expansão monetária, esterilizando a injeção de moeda externa, limitando o crescimento da base monetária a uma taxa que foi a mais baixa dos quatro anos anteriores, aumentando a taxa de reservas obrigatórias e as taxas de referência. A combinação destas medidas conduziu à apreciação do metical, à redução dos preços, em meticais, dos produtos importados e, por consequência, à mitigação da inflação importada. Num certo sentido, foi adoptada uma política cambial antinotim (destinada a conter o aumento do custo de vida), que foi acompanhada por medidas restritivas para evitar a inflação doméstica.

Logicamente, as taxas de juro comerciais reais aumentaram em linha com a subida das taxas de referência e a redução da moeda nacional em circulação. Neste contexto, a redução das taxas de referência em 2011 não teve credibilidade entre os bancos comerciais, porque as condições estruturais da economia não haviam sido alteradas, do mesmo modo que se mantinham as expectativas de incremento de IDE e do seu potencial de inflação e volatilidade. O quadro estratégico de investimento continuava desfavorável para a expansão económica para além dos megaprojectos. Num certo sentido, os bancos tinham a licença para emprestar dinheiro a um custo mais baixo, mas não havia projectos a quem emprestar fora das dinâmicas extractivas da economia. Portanto, as condições estruturais da economia, o risco e as expectativas agiram contra a eficácia de medidas monetárias expansionistas.

A aceleração do endividamento público doméstico foi financiada, entre 2011 e 2014, pela maior emissão de títulos públicos que havia sido feita até essa altura. O *stock* de obrigações do Tesouro e de títulos do Tesouro aumentou em 48% e 36%, respectivamente, entre 2010 e 2012 (GdM, 1999-2015). A venda de títulos de dívida pública, promovida com taxas de retorno atractivas e risco reduzido, contraiu a quantidade de moeda nacional disponível para o sector privado. Portanto, a incoerência entre políticas fiscal e monetária retirou eficácia à estratégia expansionista. Em conclusão, as medidas monetárias expansionistas foram introduzidas em contexto de significativa redução de liquidez e de aumento do endividamento público interno, o que contribuiu para reduzir a sua eficácia e aumentar os seus custos.

Recentemente, o governador do Banco de Moçambique (BdM) anunciou que o saldo da dívida do Governo directamente ao BdM é de cerca de 47 biliões de meticais, aproximadamente metade do saldo da base monetária de Moçambique, tendo crescido em 23 biliões de meticais no primeiro trimestre de 2017. Depois de reconhecer as pressões inflacionárias criadas, o governador do BdM declarou que estas emissões de moeda foram esterilizadas e as taxas de juro aumentadas, para impedir que a base monetária cresça excessiva e descontroladamente. Portanto, a estratégia de endividamento público acelerado [parte do qual é ilícito (Castel-Branco & Massarongo, 2016c)], financiado pela venda da dívida no mercado financeiro doméstico, destrói as possibilidades de concretizar e sustentar uma política monetária orientada para a expansão do crédito à economia, provocando escassez e encarecimento do dinheiro, protegendo a acumulação financeira de capital e prejudicando o desenvolvimento da base produtiva. Este problema é agravado quando sucessivos défices orçamentais são pagos com emissão de nova dívida, e a dívida do passado se torna o engenho que gera e acumula mais dívida no presente.

Segundo, o poder dos bancos comerciais sobre o mercado permite-lhes manter uma estrutura de preços socialmente ineficiente, ao mesmo tempo que a concentração do sistema bancário cria uma procura de crédito quase inelástica, para cada banco, reduzindo o incentivo para baixar as taxas de juro. Os bancos são controlados por accionistas estrangeiros, que estão mais

directamente expostos aos efeitos da crise internacional e às dinâmicas de financeirização, sendo provável que estejam mais interessados em responder às suas estratégias globais de rentabilização do que às taxas de referência do Banco de Moçambique.

Terceiro, nos últimos cinco anos, em média, cerca de 40% dos depósitos à ordem e 20% dos depósitos a prazo foram em moeda externa (BdM, 2017). A legislação limita a concessão de crédito em moeda externa, pelo que os bancos mantêm poupança ociosa que não podem rentabilizar, mas sobre a qual recaem custos. Assim, os bancos podem estar a compensar pela perda de rendimento com as contas em moeda externa, mantendo elevadas as taxas de juro das operações activas. Uma possibilidade é os bancos estarem a realizar operações em moeda externa *offshore* para capitalizarem nos depósitos em moeda externa.

Quarto, é possível que os maiores bancos estejam a especializar-se no comércio financeiro interbancário, emprestando dinheiro a outros bancos e transaccionando em títulos de dívida pública e privada, que são garantidos pelo Governo e que têm retornos financeiros mais altos. Assim, não é surpreendente que a estrutura dos activos dos bancos se esteja a alterar, com o peso do crédito à economia (cerca de metade dos activos) a diminuir, enquanto o peso dos activos financeiros (investimento em títulos financeiros e noutras instituições de crédito) aumentou substancialmente (BdM, 1995-2015). Nos últimos anos, pouco mais de um quarto do crédito dos bancos comerciais foi usado para compra de títulos de dívida pública, excedendo a soma de todo o crédito para a indústria, agricultura, construção e transportes e comunicações. Quinto, o modelo de acumulação limita as oportunidades de negócio a um leque afunilado de actividades no núcleo extractivo e na rede de serviços e infra-estruturas que o rodeia. Este sistema cria dificuldades específicas para o desenvolvimento de ligações. As oportunidades de crescimento do mercado dos bancos são limitadas ao sistema extractivo, à especulação imobiliária, aos bens duráveis e aos títulos financeiros de dívida pública (o primeiro é amplo e dinâmico, o quarto é amplo, dinâmico, mas instável e volátil, o segundo e o terceiro são dinâmicos, mas pequenos, dado o limitado tamanho da economia e do seu poder de compra). A porosidade económica gera oportunidades de especulação financeira por causa da crescente utilização de títulos de dívida como modalidade de financiamento do Estado. Este sistema de financiamento do défice público gera negócios e lucros privados, subsidiados pelo Estado, no sistema extractivo da economia, e gera negócios com altas taxas de retorno para o capital financeiro, o que, naturalmente, contribui para mudar a estrutura das aplicações financeiras dos bancos a favor da especulação financeira à custa do sector produtivo.

Sexto, a dependência da economia em relação a fluxos externos de capital (ajuda externa, IDE e créditos comerciais), combinada com o enfoque da política monetária nos alvos de inflação, provoca medidas monetárias restritivas (como, por exemplo, a esterilização da ajuda externa) que têm impacto na redução da quantidade de dinheiro em circulação. Como tais fluxos de capitais são aplicados predominantemente na promoção da economia extractiva, a escassez e

o elevado preço do capital no mercado doméstico prejudicam directamente as opções de desenvolvimento das pequenas e médias empresas e consolidam as dinâmicas extractivas e especuladoras da economia.

Portanto, a ineficácia da política monetária em aumentar a disponibilidade de capital para investimento produtivo e reduzir os seus custos é o resultado de uma combinação de factores: inconsistências nos objectivos e sequências da política monetária e entre esta e a política fiscal; a estrutura do sistema financeiro; as dinâmicas mais gerais de acumulação e crescimento na economia; e as dinâmicas internacionais de financeirização. Os bancos ajustam-se à economia e estruturam-na de acordo com os seus interesses, e a economia real, em geral, e as políticas económicas, em particular, condicionam as opções que os bancos têm para definir e prosseguir esses interesses.

CONCLUSÃO

As estruturas de acumulação de capital em Moçambique são caracterizadas pelo afunilamento da base produtiva, porosidade económica, ineficácia na redução da pobreza e dinâmicas especulativas. O afunilamento da base produtiva resulta da prioridade dada à atracção de capital externo multinacional como meio de acelerar e reproduzir os processos de acumulação de capital. A porosidade económica é o mecanismo de transferência de rendas e de lucros para «capitalizar» as classes capitalistas domésticas em emergência, e é concretizada através da expropriação do Estado. A combinação destes dois factores, afunilamento e porosidade, gera a ineficácia do padrão de crescimento económico para a redução da pobreza, levando a que a pobreza seja significativamente menos elástica relativamente ao crescimento económico em Moçambique do que é, em média, nas outras economias da África Subsaariana. O carácter especulativo do processo de acumulação resulta dos efeitos da porosidade económica, em especial do endividamento público acelerado, sobre o sector financeiro e sobre a financeirização dos activos reais (recursos) estratégicos do País, em especial a terra e os recursos energéticos e minerais. Assim, o modo de acumulação tornou-se instável e entrou em crise, tornou-se especulativo antes de ficar produtivo, o que gera um formato específico de capitalismo particularmente dependente, volátil e socialmente tóxico e crítico.

As estruturas e dinâmicas de acumulação actuais não diferem substancialmente, na sua essência, das que criaram e reproduziram as dinâmicas de crise e ruptura dos processos de acumulação na segunda metade do século xx. No entanto, são mais especulativas, mais afuniladas e mais caras, o que torna os processos de ajustamento e transformação estrutural mais pesados e mais difíceis. A crise da segunda década do século XXI, com dimensões estruturais e sistémicas profundas e graves, tem algumas causas semelhantes às da crise dos anos 1980, nomeadamente

no que diz respeito a tentar concretizar e sustentar um programa de investimento muito superior às capacidades da economia, o que esgotou as capacidades de reprodução muito antes de ter gerado o excedente necessário para alimentar a continuidade do programa, mas tem a particularidade de estar focada na acumulação de capital fictício e na financeirização dos activos reais estratégicos e da intervenção do Estado.

Porque é que processos e dinâmicas de crise se reproduzem ao longo da história, mesmo quando as lições estão disponíveis? Em parte, não existe consenso sobre as lições. Por exemplo, a crítica oficial aos processos que conduziram à crise dos anos 1980 é assente em quatro factores: guerra, calamidades naturais, choques externos associados com a deterioração dos termos de troca das exportações e erros associados à excessiva centralização e estatização da economia. Com o fim da guerra dos 16 anos, assumindo calamidades e choques como factores exógenos, a reprodução da crise dos anos 1980 poderia ser evitada com a substituição do «socialismo» pelo «capitalismo». Não havendo nenhuma discussão séria da economia política da macroeconomia de Moçambique, cujo ajustamento se limitou a substituir o plano centralizado por uma abordagem monetarista de gestão económica, o caminho foi aberto para se repetirem os mesmos erros por se pensar que os principais estavam corrigidos. Do mesmo modo, a crítica dominante das dinâmicas de instabilidade e crise da economia colonial e das limitações da experiência inicial do desenvolvimento do capitalismo moçambicano foi focada na escala, na tecnologia e na composição sectorial da produção, o que conduziu a dois programas igualmente ambiciosos de investimento numa óptica de *blitzkrieg* económico, sem mudar os padrões de acumulação. Ambos não só falharam nos seus objectivos transformadores como geraram crises severas de insolvência e endividamento do Estado, e o segundo, de 2005-2014, despojou o Estado do controlo dos recursos mais estratégicos do País.

Evidentemente, como já foi discutido noutra secção deste artigo, os choques externos e as calamidades não são factores inteiramente exógenos, pois dependem das estruturas de acumulação e da sua inserção na economia mundial, bem como das prioridades e sustentabilidade das estratégias de investimento e de desenvolvimento. Portanto, tentar sustentar um programa superambicioso de expansão económica com a expectativa de a crise não eclodir antes de as receitas de venda e exploração dos recursos naturais fluírem e, ademais, expropriando o Estado em ondas sucessivas e cada vez mais severas, era uma óbvia receita para o desastre se «choques externos» fossem endogeneizados na análise e se a «economia política da macroeconomia» fosse introduzida na crítica.

Mas será que uma crise destas proporções pode ser criada, as suas dinâmicas reproduzidas e a crítica aos seus processos rejeitada apenas por não haver consenso sobre lições de crises do passado? Ou haverá factores lógicos, historicamente determinados, que contribuíram para as opções de formato do sistema de acumulação de capital que resultou na economia extractiva, porosa e especulativa? Para investigar esta possibilidade, teremos de ir para além dos agentes

e das estruturas económicas, e seguir a análise dialéctica das ligações-agentes, no seu contexto histórico próprio.

O estudo das crises económicas concretas em Moçambique e da sua relação com processos de acumulação e com outras dinâmicas regionais e globais está ainda na sua infância. Não só é necessário aprimorar os instrumentos teóricos e analíticos, mas é preciso interrogar a história e explorar a informação em mais detalhe. Certamente será necessário trabalhar com informação mais desagregada que permita analisar tendências de estabilidade, reprodução e crise captando as diferenças, não apenas as dinâmicas mais globais. O estudo das dinâmicas de crise tem de ser capaz de as teorizar rigorosamente a partir das estruturas e dinâmicas de acumulação, instabilidade, crise e reprodução da economia moçambicana, pois isso permite informar o debate sobre estratégia e política pública de expansão e transformação económica, de minimização da ocorrência e da severidade das crises, de gestão e reestruturação da economia, bem como a luta social política pela transformação fundamental da economia e da sociedade, na senda da sua libertação das amarras e das limitações do capitalismo.

De todo o modo, a teoria e a informação existentes permitem-nos esboçar a resposta à questão sobre as razões da reprodução das crises com dinâmicas e configuração semelhantes. Em primeiro lugar, os interesses individuais dos vários ramos do capital não são iguais aos da economia como um todo, a não ser no sentido vago em que é do interesse do capital em geral que as suas condições de acumulação se reproduzam. No entanto, a preocupação primária do capital que opera a indústria de exportação de algodão ou de caju, ou a fábrica de montagem de carroçarias ou de fabrico de cerveja, ou os bancos que garantem os créditos é a sua capacidade de gerar, extrair e realizar a mais-valia, pelo que a sua consideração pelas estruturas da economia surge apenas quando a sua base de acumulação é seriamente posta em causa. Mesmo nessas ocasiões, de crise, o capital individual busca soluções na óptica da sua base específica de acumulação e não para a sustentação da acumulação capitalista em geral. Em segundo lugar, os interesses específicos e preocupações das diferentes facções do capital diferem na medida em que competem entre si (e, portanto, tentam desalojar os competidores do mercado) ou participam nas mesmas cadeias de valor e, neste caso, competem acerca da partilha da mais-valia gerada e realizada. Em terceiro lugar, o objectivo da produção capitalista é a acumulação de capital, que o lucro permite concretizar, pelo que cada capital está preocupado com a sua base de rentabilidade e, quando a crise estoira, pela reposição dessa base de rentabilidade. Finalmente, e esta é a essência da questão, as crises do capitalismo são inevitáveis pela subordinação da produção de valores de uso à produção de mais-valia, sendo a configuração específica que adquirem o produto das condições de acumulação, nomeadamente as estruturas e condições de produção, de competição e de luta de classes, como foi explicado noutra parte deste capítulo.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2017). Integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Aybar, S. & Lapavistas, C. (2001). Financial system design and the post-Washington Consensus. In B. Fine, C. Lapavistas & J. Pincus (eds.), *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the Post-Washington Consensus*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Banco Mundial (1985) *Mozambique: an introductory economic survey*. (Report 5610-MOZ). Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1990). *Mozambique, Restoring Rural Production and Trade*, 1. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (1996). *Moçambique: Avaliação do Impacto e Eficiência do Programa de Reestruturação de Empresas*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2014). *Mozambique Economic Update*. Janeiro. Maputo.
- Banco Mundial (2017). *Data*. Disponível em:
http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?end=2015&start=2000&view=map&year=2005&year_high_desc=false (consultado a 5 de Abril de 2017).
- BdM (Banco de Moçambique) (1995-2015). *Relatório Anual*. Maputo: Banco de Moçambique.
- BdM (2003-2015). *Balança de Pagamentos*. Maputo: Banco de Moçambique.
- BdM (2017). *Estatísticas Gerais*. Disponível em:
http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222 (consultado a 5 de Abril de 2017).
- Biggs, T., Nasir, J. & Fisman, R. (1999). *Structure and Performance of Manufacturing in Mozambique. Regional Program and Enterprise Development (RPED)*. Washington: Banco Mundial.
- Brum, J. (1976). *Manufacturing Industries in Mozambique, some Aspects*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Faculdade de Economia.

- Castel-Branco, C. (2002a). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. Unpublished PhD Thesis. Londres: School of Oriental and African Studies, University of London.
- Castel-Branco, C. (2002b). *Economic Linkages between South Africa and Mozambique*. Research report for the Department of International Development of the British Government. Pretoria.
- Castel-Branco, C. (2003). Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento. *I Quaderni della Cooperazione Italiana*, 3. Maputo.
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41:sup1, S26-S48, DOI: 10.1080/03056244.2014.976363
- Castel-Branco, C. (2015a). «Capitalizando» o capitalismo doméstico – porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2015b). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico - uma «bolha económica» em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE
- Castel-Branco, C. (2016a). Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2016b). Desenvolvimento centrado em PME? Problematização crítica desta abordagem. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique, 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017a). Contribuição para o método de investigação da economia política de Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017b). Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.

- Castel-Branco, C. & Goldin, N. (2003). *Impact of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy*. Relatório de investigação. Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mozal_and_economic_development.pdf.
- Castel-Branco, C. & Massarongo, F. (2016a). Rebatendo mitos do debate sobre a dívida pública em Moçambique. *Boletim IDELAS*, 87. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C., & Massarongo, F. (2016b). Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva. *Boletim IDELAS*, 89. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. & Massarongo, F. (2016c). A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas. *Boletim IDELAS*, 86. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, R. & Isaacs, G. (2017). «Restauração da dignidade do nosso povo»: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Catembe.com (2014). Fazenda pública encaixa mais de USD 1,3 mil milhões. Edição nº 7, pp. 5, 2 de Abril.
- CEA (Centro de Estudos Africanos) (1979a). *Os Mineiros Moçambicanos na África do Sul*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- CEA (1979b). *O Desemprego e a Sua Ligação com o Campo*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Chang, H.-J. (1996). *The Political Economy of Industrial Policy*. Londres e Nova Iorque: MacMillan.
- Clarke, S. (2012). Crisis theory. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) e Northampton (USA) Edward Elgar.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento) (s.d). *Base de Dados do Investimento Privado Aprovado, 1990-2015*. Maputo: CPI.
- Cramer, C. (2001). Privatisation and adjustment in Mozambique: a «hospital pass»? *Journal of Southern African Studies*, 27(1), 79-103.
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008). Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets. *Journal of Modern African Studies*, 46 (3), 361-392.
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política) (2009). *Quadro Macro Revisto para Proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo*. Junho.
- DNEAP (2010). *Terceira Avaliação da Pobreza: Análise e Resultados Principais*. Apresentação em PowerPoint.
- Doriye, J. & Wuyts, M. (1993). Foreign aid, import constraints and capacity utilisation; the case of Tanzania. ISS Discussion Paper (February). The Hague: Institute of Social Studies.

- Fine, B. (2010). Looking at the crisis through Marx - or is it the other way about?. In S. Kates (ed.), *Macroeconomic Theory and Its Failings: Alternative Perspectives on the Global Financial Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Fine, B. & Rustomjee, Z. (1996). *The Political Economy of South Africa: from Minerals Energy-Complex to Industrialization*. Londres: Westview Press.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (eds.) (2012). *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press.
- GdM (Governo de Moçambique) (1987). *Policy Framework Paper 1988-1991*. Maputo.
- GdM. (1988). *Strategy and Program for Economic Rehabilitation 1988-91*. Report for the Meeting of the Consultative Group. Paris.
- GdM. (1990). *Strategy for Sustained Economic and Social Development 1991-1993*. Report for the Meeting of the Consultative Group. Paris.
- GdM (2010). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Maputo.
- GdM (2011). *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Aprovado na 15.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2013). *Republic of Mozambique: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical Memorandum of Understanding*. Maputo.
- GdM (1999-2015). *Relatórios de Dívida*. Maputo.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019. *Boletim da República*, I Série, Número 29, 2.º Suplemento.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (1990-2015). *Anuário Estatístico*. Maputo.
- INE (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15*. Dezembro. Maputo.
- INE (2017). *Estatísticas*. Disponível em:
<http://www.ine.gov.mz/estatisticas> (consultado a 5 de Abril de 2017).
- Islam, R. & Kinyondo, B. (2014). In quest of inclusive growth: exploring the nexus between economic growth, employment, and poverty in Tanzania. *REPOA Special Paper*, 14/2.
- Itoh, M. & Lapavistas, C. (1999). *Political Economy of Money and Finance*. Londres: MacMillan.
- JICA (Japan International Cooperation Agency) (2011). *Republic of Mozambique Study of Poverty Profile. Final Report*. Maputo.
- KPMG (1999). *Mozambique Banking Sector Survey*. Maputo.
- KPMG (2000-2016). *As 100 Maiores Empresas em Moçambique (inquérito anual)*. Maputo.
- Langa, E. (2015). «Ligações Minadas»: o caso dos fornecedores nacionais da Vale e Rio Tinto em Moçambique In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.

- Langa, E. (2017). Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Langa, E. & Mandlate, O. (2013). Questões à volta de ligações a montante com a Mozal. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Lenin, V. I. (2010). *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. Londres: Penguin Classics.
- Louçã, F. & Mortágua, M. (2012). *A Dívidadura: Portugal na crise do Euro*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Luxemburg, R. (2003). *The Accumulation of Capital*. Nova Iorque: Routledge.
- Machel, M. (2011). O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital: um negócio da China para a família Guebuza. *CIP Newsletter*, 11, 1-5.
- Machel, M. (2012). Alianças com selo de tráfico de influências e conflitos de interesses. *CIP Newsletter*, 13, 10-16.
- Mandel, E. (1980). *Late Capitalism*. Londres: Verso Edition.
- Mandlate, O. (2015). Capacitação das empresas nacionais e conteúdo local de megaprojectos em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Mandlate, O. (2017). A bolha económica moçambicana e o papel da porosidade económica na absorção dos recursos externos. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Marois, T. (2012). Finance, financial capital and financialization. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.) *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Marx, K. (1976). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1978). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 2. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1981). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 3. Londres: Penguin Classics
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2015). Porque é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas? Boletim *IDEIAS*, 69. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.

- Massarongo, F. (2017). Política monetária e estrutura produtiva da economia de Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida - problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Massingue, N. & Muianga, C. (2013). Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Melina, G. & Xiong, Y. (2013). Natural gas, public investment and debt sustainability in Mozambique. *IMF WorkingPaper*, 13/261, Novembro.
- Nhachote, L. (2010). Indústria de mineração atrai várias figuras da nomenclatura dominante. *CIP Newsletter*, 6, 6-7. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP).
- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O'Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- O'Laughlin, B. (2016). Produtividade agrícola, planeamento e cultura de trabalho em Moçambique In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- O'Laughlin, B. & Ibraímo, Y. (2013). A expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude. *Cadernos IESE*, 12 (Abril). Maputo: IESE.
- Pereira Leite, J. (1989). La formation de l'économie coloniale au Mozambique – pacte coloniale et industrialisation: du colonialisme portugais aux réseaux informels du sujétion marchande 1930/1974. Tese de Doutoramento (não publicada), Volumes I e II. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Sembene, D. (2015). Poverty, growth, and inequality in Sub-Saharan Africa: did the walk match the talk under the PRSP approach? *IMF Working Paper*, WP/15/122 (Junho).
- Sender, J., Oya, C. & Cramer, C. (2006). Women working for wages: putting flesh on the bones of a rural labour market survey in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 32(2), 313-333.
- Sing, R. (1992). An imperfect information approach to the structure of the financial system. *UNCTAD Discussion Paper*, 46 (Julho).
- Singh, A. (1992). The stock market and economic development: should developing countries encourage stock markets? *UNCTAD Discussion Paper*, 49.

- Stiglitz, J. & Weiss, A. (1981). Credit rating in markets with imperfect information. *American Economic Review*, 71, 393-410.
- The Oakland Institute (2011). Understanding land investment deals in Africa: Mozambique. *Country Report*. The Oakland Institute. Disponível em: http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf (consultado a 26 de Março de 2014).
- Tibana, R. J. (1991). Indústria moçambicana: os limites de uma reabilitação sem estratégia de industrialização. *Economia*, 3.
- UTRE (Unidade Técnica de Reestruturação Empresarial) (1996). *Mozambique: Evaluating the Impact and Effectiveness of the Enterprise Restructuring Program*. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- UTRE (1999). «*Privatisation in Mozambique*», Maputo: Technical Unit for Enterprise Restructuring. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- Weiss, J. (1992). Industrial policy reform in Mozambique in the 1980s. In R. Adhikari,, C. Kirkpatrick & J. Weiss (eds.), *Industrial and Trade Policy Reform in Developing Countries*. Manchester e New York: Manchester University Press.
- Wield, D. (1977a). *Some Characteristics of the Mozambican Economy Particularly Relating to Industrialisation*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Wield, D. (1977b). *The Structure and Balance of Industrial Production and its Relationships with other Sectors and with the Growth of a Working Class*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Wuyts, M. (1980). Economia política do colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 1, 9-22. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório*, 81/8. Maputo: CEA (Centro de Estudos Africanos).
- Wuyts, M. (1989). *Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience*. Gower: Aldershot.
- Wuyts, M. (2011a). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDELAS*, 35. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.
- Wuyts, M. (2011b). The working poor - a macro perspective. Valedictory Address as Professor of Applied Quantitative Economics delivered on Thursday 8 December, 2011 at The Institute of Social Studies, The Hague, The Netherlands.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014a). Economic transformation in Tanzania: vicious or virtuous circle? *REPOA Working Paper*, 14/4.
- Wuyts, M. & Kilama, B. (2014b). The changing economy of Tanzania: patterns of accumulation and structural change. *REPOA Working Paper*, 14/3.